



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARINA ZARDO GONÇALVES

**RELATOS E REFLEXÕES ACERCA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
REMUNERADO REALIZADO PELOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA NAS
ESCOLAS DE ERECHIM E REGIÃO**

ERECHIM

2022

MARINA ZARDO GONÇALVES

**RELATOS E REFLEXÕES ACERCA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
REMUNERADO REALIZADO PELOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA NAS
ESCOLAS DE ERECHIM E REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Simone Höpner Pierozan

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gonçalves, Marina Zardo

RELATOS E REFLEXÕES ACERCA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
REMUNERADO REALIZADO PELOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA NAS
ESCOLAS DE ERECHIM E REGIÃO / Marina Zardo Gonçalves. --
2022.

61 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Simone Höpner Pierozan

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2022.

1. Estágio não obrigatório. 2. Pedagogia. 3. Relatos.
4. Escola. 5. Direitos trabalhistas. I. Pierozan, Sandra
Simone Höpner, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

MARINA ZARDO GONÇALVES

**REFLEXÕES E RELATOS ACERCA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
REMUNERADO REALIZADO PELOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ERECHIM E REGIÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de grau de
Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da
Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 01/09/2022.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Sandra Simone Höpner Pierozan
Orientador(a)



Dra. Maria Sílvia Cristofoli
Membro interno



Dr. Derlan Trombetta
Membro Externo

Dedico este trabalho a minha família, meus pais Viviane e José e meus irmãos: Vinícius, João e Janaina que me confortaram em momentos de crise e me auxiliaram na escrita deste trabalho. Dedico a meus amigos e colegas que me auxiliaram e acolheram choros de ansiedade. Por fim dedico este trabalho a todas as estagiárias que participaram desta pesquisa contando suas angústias e alegrias acerca do estágio não obrigatório.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me proporcionado esta grande vivência em minha vida. Aos meus pais, Viviane e José obrigada por todo o zelo, dedicação, incentivos e compreensão que sempre tiveram comigo. Ao meu irmão João e minha cunhada Janaina devo minha profunda gratidão, pois vocês foram essenciais para a construção do projeto, elaboração de questionário e escrita deste trabalho. Vocês que me acolheram tantas vezes, me dando conselhos e me acudindo em momentos de crises e choro, sem a ajuda que vocês me deram não sei se iria conseguir. Quero agradecer também a meu irmão Vinícius que, mesmo longe fisicamente, me apoiou muito, me fazendo rir quando estava triste.

Aos amigos que a pedagogia me trouxe: Adriana, Ana Maria, Andressa, Danieli, Denise, Daniella, Gabriella, Luisa e Tânia que sempre me incentivam a continuar minha trajetória acadêmica, me acolhendo em momentos de angústia, vocês foram essenciais e me ensinaram muito.

Quero agradecer a todos os meus amigos e companheiros deste percurso, aos meus colegas de trabalho, professores e funcionários com quem convivi nestes 4 anos.

Agradeço a minha amiga de estágio não obrigatório, Nicoli foi com você que aprendi a não ficar quieta diante das injustiças que a vida nos traz, contigo partilhei minhas angústias e aprendi muito. Foi a partir de nossas conversas que o tema desse TCC veio à tona, você faz parte disso e agradeço muito por te ter ao meu lado.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Sandra Höpner Pierozan por todo apoio, assistência, generosidade, paciência e suporte emocional durante a realização deste trabalho. Agradeço imensamente por ter me auxiliado constantemente, sempre preocupada em como eu estava. Agradeço também a todos os professores e professoras com quem percorri este trajeto na pedagogia, vocês me ensinaram muito e modificaram muitos pensamentos que eu tinha.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul, uma universidade pública, gratuita e de extrema qualidade. Foi neste espaço que pude me reconstruir como pessoa. A Marina que ingressou na faculdade de pedagogia em 2018 era uma pessoa muito tímida, com consecutivas crises de pânico, ansiedade e gastrite, mas foi a partir desse espaço, conversando com diferentes pessoas e conhecendo diferentes realidades que pude perceber o quão afortunada sou em ter comigo uma família que me incentiva e apoia. Aprendi a valorizar as pequenas coisas e querer modificar o que estava de errado, estou aprendendo a ter voz, o que antes não tinha.

“A educação é prática social que ocorre nas diversas instâncias da sociedade. Seu objetivo é a humanização dos homens, isto é, fazer dos seres humanos participantes dos frutos e da construção da civilização, dos processos da civilização resultado do trabalho dos homens. Não há educação a não ser na sociedade humana, nas relações sociais que os homens estabelecem entre si para assegurar a sua existência.”
(PIMENTA, 2011, p. 84)

RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa realizada com os acadêmicos de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul que realizam ou já realizaram estágio não obrigatório em escolas entre os anos de 2018 a 2022. Tem por objetivo a investigação dos relatos das estagiárias que responderam um questionário aplicado pela plataforma *google forms*, o qual procurou analisar de que forma esse tipo de estágio contribui para a formação docente, como é o cotidiano das estagiárias nas escolas e de que forma as relações com a gestão, os professores e os funcionários ocorrem na escola. Verificaram-se relatos positivos, evidenciando os aprendizados com as professoras regentes, mas também há muitas narrativas negativas, que trazem aspectos de desgaste, cansaço e discordância com alguns educadores da escola. Durante o trabalho é apresentado um apanhado das principais leis e diretrizes que regem o estágio não obrigatório, realizando uma pesquisa documental destas normas. Focou-se também em analisar os aspectos trabalhistas do estágio não obrigatório, compreendido por ser um ato educativo, mas que demonstra ser um processo de mão de obra barata, sem a garantia dos direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Estágio não obrigatório. Pedagogia. Relatos. Escola. Direitos trabalhistas.

ABSTRACT

In this work, pedagogy students from the Federal University of Fronteira Sul who conclude or are doing a non-mandatory internship in schools between 2018 to 2022 were researched. The purpose of this research was to investigate the narratives of the interns who answered a questionnaire carried out through the *google forms* platform, which sought to investigate how the internship contributes to teacher education, as is the daily life of interns in schools, analyzing the relationships built with management, teachers and staff. There were positive reports, evidencing the lessons learned with the regent teachers, but there are also many negative narratives, which bring aspects of wear, fatigue and disagreement with some school educators. During the work, an overview of the main laws and guidelines that govern the non-mandatory internship is presented, carrying out a documentary research of these regiments. It also focused on analyzing the labor aspects of the non-mandatory internship, understood to be an educational act, but which proves to be a process of cheap labor, without the guarantee of labor rights.

Keywords: Internship not mandatory. Pedagogy. Narratives. School. Labor rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico errôneo acerca da distribuição de municípios	16
Figura 2 - Distribuição dos semestres das estagiárias consultadas	31
Figura 3 - Semestre em que as estagiárias começaram a realizar o estágio não obrigatório...	31
Figura 4 - Municípios em que as estagiárias realizam ou realizaram o estágio não obrigatório	32
Figura 5 - Redes de ensino das escolas em que as estagiárias realizaram estágio não obrigatório	32
Figura 6 - Tempo de realização de estágio não obrigatório	33
Figura 7 - Etapas escolares e áreas em que as estagiárias atuam ou atuaram no estágio não obrigatório	34
Figura 8 - Classificações de convivência com a com a equipe diretiva/gestão da escola	36
Figura 9 - Classificações de convivência com os professores e funcionários da escola	37
Figura 10 - Distribuição das atividades exercidas em seu cotidiano no estágio não obrigatório	40
Figura 11 - Frequência de realização das atividades da questão anterior.....	41
Imagem 1 - Termo de compromisso de 2019	43
Imagem 2 - Termo de compromisso de 2020	43
Imagem 3 - Termo de compromisso de 2021	43
Imagem 4 - Termo de compromisso de 2022	43
Imagem 5 - Explicação para pergunta em escala linear	47
Figura 12 - Satisfação acerca da remuneração do estágio não obrigatório	47
Figura 13 - Fonte de renda além do estágio não obrigatório.....	48
Imagem 6 - Explicação para pergunta em escala linear	51
Figura 14 - Opinião acerca da realização e entrega do plano de atividades.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DPGRAD	Diretoria de Políticas de Graduação
PcD	Pessoas com Deficiência
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
RH	Recursos Humanos
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
UCE	Unidade Concedente de Estágio
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	NORMATIVAS, DOCUMENTOS QUE REGEM O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	18
2.1	DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO PARA OS DOCUMENTOS NORTEADORES	18
2.2	O PAPEL DA UNIVERSIDADE NESTE PROCESSO	19
2.3	OS ENCARGOS DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO	21
2.4	OS DIREITOS E DEVERES DO ESTÁGIARIO	22
2.5	O TERMO DE COMPROMISSO E O QUE ELE ASSEGURA.....	24
3	A UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA NOS ESTÁGIOS REMUNERADOS	26
3.1	O CONCEITO DE PRÁXIS E SUA APLICAÇÃO NO ESTÁGIO REMUNERADO	27
3.2	A BUSCA PELA EXPERIÊNCIA DOCENTE	29
4	PERFIL DAS ESTAGIÁRIAS	31
5	RELATOS DO COTIDIANO	35
5.1	CONVIVÊNCIA COM AS PROFESSORAS REGENTES, GESTÃO E FUNCIONÁRIOS	36
5.2	ATIVIDADES EXERCIDAS DURANTE O ESTÁGIO	39
5.3	CUIDADOS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	44
6	O TRABALHO DOCENTE E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO	58

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho relata acerca do estágio remunerado nas escolas de Erechim e região, procurando analisar a opinião dos estagiários matriculados no curso de pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim que estão realizando ou já realizaram estágio não obrigatório.

O estágio não obrigatório ou remunerado consiste em uma oportunidade dada aos acadêmicos de diversos cursos, mas nesse estudo nos detemos ao curso de pedagogia, podendo ser realizado desde o primeiro semestre em que ingressam no curso. Oportunidade para conhecer um pouco mais da prática pedagógica e contexto escolar de nosso município, “O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória. [...] têm como objetivo a formação acadêmico-profissional do/a pedagogo/a.” (PPC do curso de Pedagogia, 2018, p.54)

Dentro das escolas os estagiários exercem diversos papéis em diferentes espaços como na sala de aula, nos corredores, no refeitório, no pátio e no parque, auxiliando nos cuidados de higiene e hábitos alimentares das crianças e acompanhando o desenvolvimento das atividades propostas pelos professores regentes.

Os estágios possuem carga horária de no máximo 30 horas semanais, sendo disponibilizado duas opções de escolha para quem for estagiar, 4 horas diárias, totalizando 20 horas semanais e 6 horas diárias, totalizando 30 horas semanais.

A Universidade Federal da Fronteira Sul oferece aos acadêmicos a oportunidade de estágio remunerado nas instituições de educação. O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em conjunto com a UFFS é um dos facilitadores dessa inserção do estagiário nas escolas. Porém há diversas formas de estágio não obrigatório, não somente as oportunidades oferecidas pelo CIEE.

O estágio remunerado não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Unidade Concedente de Estágio (UCE), não sendo assinada a Carteira de Trabalho.

Todos os anos as escolas usufruem da oportunidade de receber um grande número de estagiárias em sua instituição. Este trabalho tem a finalidade de pesquisar como esses estagiários estão sendo acolhidos nessas instituições e como é seu dia a dia neste local.

Por isso, o objetivo da pesquisa é “Dar voz” aos estagiários, ouvir o que têm a dizer sobre este processo, investigando seus relatos acerca da realidade nas escolas. Deste modo, o

problema de pesquisa é “quais são os desafios e as vantagens do estágio remunerado para as discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul?”

Ao longo de minha trajetória acadêmica na UFFS realizei 2 anos de estágio não obrigatório em 3 escolas diferentes, presenciei realidades distintas entre essas instituições, por isso gostaria de trazer relatos de estagiários de diferentes escolas de Erechim e região, contemplando suas realidades e como se sentem nesses locais.

Os objetivos específicos da pesquisa são: “investigar de que forma o estágio contribui para a formação docente, comentando acerca da relação entre teoria e prática nos estágios; realizar uma pesquisa documental em regimentos, leis, decretos, cartilhas e resoluções que oficializam o estágio não obrigatório na universidade; pesquisar a opinião dos estagiários que já realizaram ou estão inseridos no estágio não obrigatório em escolas de Erechim e região, analisando suas revelações, relatos do cotidiano e opiniões acerca deste processo de formação; Analisar as relações trabalhistas constituídas no estágio não obrigatório”

O presente trabalho trará importantes contribuições para o meio acadêmico, por ser um tema pouco comentado e pesquisado em nossa Universidade, é de grande importância e emergência trazer este assunto à tona. Deste modo, a pesquisa possibilita com que os estagiários possam ser ouvidos e suas opiniões sejam valorizadas, discutindo acerca das relações de trabalho, os benefícios e desafios dos estagiários nas escolas.

Nesta pesquisa o foco está nos relatos e sentimento dos estagiários, característica presente na pesquisa qualitativa, visto que objetiva respostas de cunho pessoal: “Ela visa à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes. [...] os significados latentes de uma situação estão em foco.” (FLICK, 2013, p. 23).

A pesquisa qualitativa, na área da educação, busca entender manifestações comportamentais, por meio de questionários, entrevistas, observações, ou seja, dados narrativos. Ao contrário da pesquisa quantitativa, que busca por dados, resultados numéricos.

Existem diferentes tipos de metodologias para a realização de uma pesquisa qualitativa, porém a todas é comum a participação de indivíduos, a importância de suas opiniões e sentimentos e um conhecimento vasto do objeto de pesquisa. Para Minayo e Guerriero: “apesar da pluralidade, todas as abordagens antropológicas e qualitativas confluem para um único objetivo: compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças.” (2014, p. 1105). Essa a razão pela definição da abordagem qualitativa na pesquisa em tela.

Como primeira tentativa, buscamos realizar uma entrevista via *Google Meet* com os atuais estagiários de escolas municipais de Erechim, porém o número de participantes que aceitaram participar da pesquisa foi baixo, apenas 2 estagiárias. Decidimos então em ampliar a pesquisa para todos os discentes matriculados no curso de pedagogia que estão realizando ou já realizaram em sua trajetória o estágio não obrigatório nos anos de 2018 a 2022, modificamos também a metodologia da pesquisa alterando a realização da entrevista por um questionário.

O questionário ou formulário caracteriza-se como uma

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Essa técnica de pesquisa possui muitas vantagens como a praticidade, rapidez em conseguir respostas, a possibilidade de o pesquisado responder na hora em que achar mais conveniente, atinge, em sua maioria, maior número de participantes. Por ser uma pesquisa realizada no *Google Forms*, a plataforma proporciona ao pesquisador todos os resultados digitalizados, além de construir gráficos automaticamente com as respostas às perguntas objetivas.

A pesquisa utilizando questionários também possui desvantagens. Segundo Gil o formulário “não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra” (2008, p. 122). Outra desvantagem é a de que, geralmente as respostas são mais objetivas e o pesquisador não tem a oportunidade de analisar com maior profundidade esses tópicos.

Para realizar o contato com o grupo pesquisado, foi disponibilizado um link para acesso ao formulário da pesquisa no grupo de *WhatsApp* dos acadêmicos da Pedagogia da UFFS. Com essa nova tentativa conseguimos 19 respostas ao questionário.

Juntamente com o formulário foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assentimento dos estagiários na pesquisa.

Para atender aos propósitos assumidos elaborou-se perguntas de classificação, de múltipla escolha e de opinião que estão disponíveis para leitura no Apêndice desse documento.

O formulário ficou disponível para o recebimento de respostas do dia 05 de julho de 2022 ao dia 15 de julho de 2022. Ao todo foram 19 respostas ao formulário, todas de estagiárias, mulheres que atuam ou já atuaram no estágio não obrigatório.

Foi efetuada uma separação e análise dos dados coletados a partir do questionário realizado pelo *Google Forms*. A plataforma oferece alguns recursos como o de compilar todas

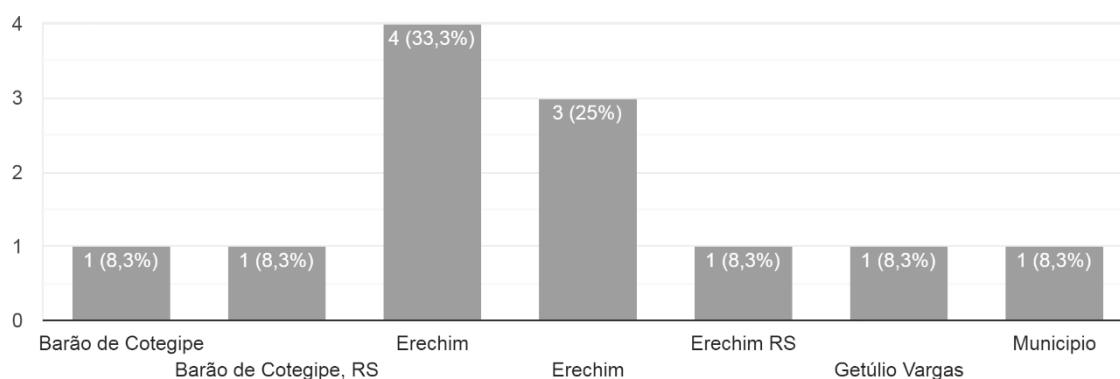
as respostas a cada pergunta, além de oferecer gráficos elaborados automaticamente conforme a coleta das respostas.

Porém, a plataforma gerou alguns gráficos errôneos, tendo a necessidade de reformulá-los para melhor compreensão e diagramação do trabalho. Em alguns gráficos foi possível observar que as mesmas categorias de dados apareciam em duas ou até 3 colunas diferentes, como podemos analisar no gráfico apresentado a seguir:

Figura 1: Gráfico errôneo acerca da distribuição de municípios

Município em que realizou ou realiza o estágio:

12 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A pesquisa foi realizada com base na análise qualitativa, ou seja, a partir das respostas recebidas que foi possível a investigação dos relatos e dos sentimentos das estagiárias, sendo necessário se colocar no lugar do outro, ter empatia pelas respostas, entendendo que cada opinião deve ser compreendida.

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. (MINAYO, 2012, p. 623).

Levando em conta esses preceitos buscou-se a confidencialidade de alguns dos dados das estagiárias, não serão citados os nomes nem as cidades de cada estagiária. Os nomes das escolas em que realizam ou já realizaram estágio também não será apresentado, respeitando a privacidade dessas informações. No decorrer deste trabalho as estagiárias serão nomeadas por letras do alfabeto, de A a S.

A partir dos resultados da pesquisa, as respostas foram agrupadas de acordo com os temas que abordam e divididas em diferentes capítulos, havendo um embasamento teórico e pesquisa bibliográfica para dissertar acerca desses assuntos.

A partir das respostas recebidas, foi possível gerar um banco de dados. Com base nesta análise de dados foi possível realizar uma divisão em 4 assuntos principais, que geraram 4 capítulos, são eles: Perfil das estagiárias; a unidade entre teoria e prática nos estágios remunerados; relatos do cotidiano; o trabalho docente e as relações trabalhistas no estágio não obrigatório.

Com base nesta divisão, foi realizado uma análise das respostas de cada pergunta, separando por cores as respostas negativas e positivas e dentre elas as que estavam mais completas e fundamentadas para serem citadas no trabalho.

É importante ressaltar que foram coletadas 19 respostas ao questionário, dentre essas, apenas 2 estagiárias estão atuando nos estágios, as demais o fizeram ao longo de sua jornada acadêmica.

Esta pesquisa está organizada em oito capítulos: O capítulo: Normativas, documentos que regem o estágio não obrigatório, refere-se a uma análise dos regimentos do estágio não obrigatório, apontando o papel da universidade neste processo, os deveres da Unidade Concedente de Estágio, os direitos e deveres do estagiário e uma contextualização sobre o que é o Termo de Compromisso e o que ele assegura.

O terceiro capítulo apresenta os principais dados das estagiárias pesquisadas. Já no capítulo: A unidade entre teoria e prática nos estágios remunerados é abordado acerca da visão dicotômica entre teoria e prática, defendendo e definindo a práxis na educação. O sexto capítulo refere-se as narrativas do cotidiano das estagiárias pesquisadas, trazendo aspectos como a convivência com as professoras regentes, gestão e funcionários, as atividades exercidas durante o estágio e o cuidado de crianças com deficiência.

O capítulo intitulado: O trabalho docente e as relações trabalhistas no estágio não obrigatório, traz uma importante discussão acerca da desvalorização da profissão do Pedagogo, além de debater temas como os direitos trabalhistas oferecidos aos estagiários, a remuneração e as relações capitalistas presentes nesse ambiente.

2 **NORMATIVAS, DOCUMENTOS QUE REGEM O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

2.1 **DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO PARA OS DOCUMENTOS NORTEADORES**

O estágio remunerado no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim é regido, principalmente, por três documentos: a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação e o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

Para estes documentos o estágio se caracteriza por uma formação teórico-prática desenvolvida com orientação e supervisão, a partir da observação da prática docente no cotidiano escolar. Segundo a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação

[...]considera-se Estágio o conjunto de atividades de caráter acadêmico-profissional e social vinculadas à área de formação do estudante e desenvolvidas em Unidades Concedentes de Estágio (UCEs), em conformidade com as exigências da legislação de estágio, com os princípios institucionais, com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e com o presente Regulamento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 2).

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia traz uma importante visão acerca da relação teoria e prática nos estágios, a descrevendo como uma unidade em que a teoria é uma reprodução da realidade, da prática:

O estágio concebido como práxis precisa ser capaz de romper com a polarização e a hierarquização entre teoria e prática e substituí-la por uma articulação dialética, para que a teoria deixe de ser concebida como simples reprodução da realidade para converter-se num exercício crítico interpretativo, que oferece contribuições para a construção de novas práticas. Dessa forma, a prática deixa de ser mera aplicação da teoria e transforma-se em proposição teórico-prática transformadora. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2018, p. 56).

Entretanto a Lei nº 11.788 tem uma definição mais ampla de estágio, por ser um regimento geral, incluindo o estágio nos diferentes níveis de escolarização, como Ensino Fundamental (a partir dos 14 anos), Ensino Médio e Ensino Superior. Considerando-o como:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino

fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

O estágio é uma oportunidade dada aos acadêmicos de trabalhar na área de formação. Momento de articular a teoria com a prática, de observar criticamente as realidades das escolas e debater juntamente com a teoria formas de mudança, de aprender.

2.2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NESTE PROCESSO

A Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação foi elaborada pela UFFS e tem por objetivo organizar o desenvolvimento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, como instituição de ensino responsável por oferecer o estágio não obrigatório, é encarregada por organizar suas atividades, responsabilidade da Coordenação Acadêmica, da Coordenação de Estágios e das Coordenações de Curso, sob a supervisão e coordenação da Pró-Reitoria de Graduação e da Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD).

Segundo a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação, a Coordenação Acadêmica é responsável pela supervisão e coordenação da elaboração das políticas de estágio no *Campus*, função que envolve:

- I - a definição da concepção de estágio;
- II - a proposição e coordenação de reuniões, seminários e outras atividades com vistas ao planejamento e à avaliação dos estágios no âmbito do *Campus*;
- III - a supervisão da execução das atividades de estágios no âmbito do *Campus*;
- IV - a interação com as UCEs;
- V - o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio no âmbito do *Campus*;
- VI - o apoio técnico-administrativo para a realização dos estágios dos estudantes do *Campus*, incluindo:
 - a) proceder o cadastro de acadêmicos interessados em estágios;
 - b) encaminhar acadêmicos para seleção junto às UCEs, tomando por base os perfis definidos por estas;
 - c) proceder o cadastro de entidades interessadas em conceder estágios;
 - d) fiscalizar e supervisionar as UCEs;
 - e) prestar informações e orientações à comunidade acadêmica sobre estágios;
 - f) receber, protocolar e encaminhar documentos relacionados ao estágio;
 - g) providenciar o recolhimento e/ou fiscalização do seguro obrigatório;
 - h) emitir cartas de recomendação e de apresentação para estágio;
 - i) intermediar a realização de convênios e/ou de sua renovação;
 - j) emitir e arquivar Termos de Convênio e Termos de Compromisso;
 - k) arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;
 - l) apresentar relatórios periódicos das atividades de estágio às Coordenações de Estágio;
 - m) providenciar a emissão de certificação dos Estágios Não-Obrigatórios;
 - n) publicizar as atividades de estágio no âmbito do *Campus*. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 11).

Já a Coordenação de Curso é encarregada de indicar um Coordenador de Estágios (a cada 2 anos), tendo a possibilidade, se necessário, a indicação de um Coordenador Adjunto de Estágios para auxiliar o Coordenador de Estágios em suas funções.

Segundo a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação, o Coordenador de Estágio deve:

- I - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;
- II - coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);
- III - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;
- IV - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- V - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;
- VI - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticas relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;
- VII - promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;
- VIII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;
- IX - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às unidades concedentes, de forma projetiva;
- X - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;
- XI - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;
- XII - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;
- XIII - promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;
- XIV - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 13).

A Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD), é responsável pela organização dos documentos exigidos para exercer o estágio não obrigatório, pela execução do processo de avaliação institucional, por propor mudanças na regulamentação, se for necessário, pela divulgação das políticas institucionais e orientações de estágio no site da Universidade.

Cada estagiário deverá ter um Professor-orientador que o auxiliará na elaboração e orientação do Plano de Atividades de Estágio, juntamente com o Supervisor de Estágio da UCE.

O Supervisor deverá ter experiência ou formação na área em que o estagiário irá atuar, sendo responsável por acompanhar as atividades que o acadêmico desempenhará, o auxiliando, orientando e supervisionando. Deverá assegurar o cumprimento dos regimentos dispostos no Termo de Compromisso, avaliar as atividades e processos que os estagiários estiverem

realizando na UCE, tendo o controle da frequência dos mesmos. Deve assegurar boas condições de trabalho aos estagiários e colaborar na construção do Plano de Atividades.

2.3 OS ENCARGOS DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO

A unidade concedente de estágio deve, segundo a Lei 11.788, Art.9º. §2º: “ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural” (BRASIL, 2008), além de contratar seguro contra acidentes pessoais para cada acadêmico que for estagiar.

Deve também indicar um servidor para ser o supervisor de estágio, esse profissional necessita possuir experiência ou formação na área do curso que o estagiário está realizando e pode supervisionar, no máximo, 10 estagiários simultaneamente (BRASIL, 2019, Art. 9º).

Outras responsabilidades da UCE são: assinar e cumprir com o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), “enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário” (BRASIL, 2019, p. 3), contratar um seguro contra acidentes pessoais aos estagiários e “enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário” (BRASIL, 2019, p. 3).

Segundo a Lei do Estágio, de 2008 o número total de estagiários na UCE não pode ultrapassar 20% da totalidade de servidores da empresa, sendo que 10% das vagas de estágio devem ser reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD) (BRASIL, 2008b).

E, conforme a Instrução Normativa n. 231, de 17 de dezembro de 2019, as Unidades Concedentes de Estágio podem recorrer a agentes de integração públicos ou privados, como o CIEE, para auxiliar na interlocução entre as partes.

Para fins desta Instrução Normativa, os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes. (BRASIL, 2019, p. 3).

Para o Art. 21 da Orientação Normativa n. 7, de 30 de outubro de 2008, o setor, a unidade de Recursos Humanos da empresa, órgão deverá:

- I - articular com as instituições de ensino ou agentes de integração com a finalidade de oferecer as oportunidades de estágio;
- II - participar da elaboração dos contratos ou convênios a serem celebrados com as instituições de ensino ou agentes de integração;

- III - solicitar às instituições de ensino ou agentes de integração a indicação de estudantes que preencham os requisitos exigidos pelas oportunidades de estágio;
- IV - selecionar e receber os candidatos ao estágio;
- V - lavrar o Termo de Compromisso a ser assinado pelo estagiário e pela instituição de ensino;
- VI - conceder a bolsa de estágio e efetuar o pagamento, inclusive do auxílio-transporte, por intermédio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE;
- VII - receber, das unidades onde se realizar o estágio, os relatórios, avaliações e frequências do estagiário;
- VIII - receber e analisar as comunicações de desligamento de estagiários;
- IX - expedir o certificado de estágio;
- X - apresentar às instituições de ensino ou agentes de integração os estagiários desligados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; e
- XI - dar amplo conhecimento das disposições contidas nesta Orientação Normativa às unidades do respectivo órgão ou entidade, aos supervisores de estágio e aos próprios estagiários. (BRASIL, 2008b, p. 130).

Este conjunto de atribuições definem as principais responsabilidades da UCE e de seu setor de RH, que em conjunto com a universidade ou outras instituições de ensino, firmam uma responsabilidade perante os estagiários. Porém, quais são os deveres e direitos assegurados ao estagiário? Esta é a temática que será abordada a seguir.

2.4 OS DIREITOS E DEVERES DO ESTÁGIARIO

As normativas do estágio remunerado garantem alguns direitos aos estagiários que optarem por sua realização. Como o direito a recesso remunerado, proporcional ao período de duração do contrato, sendo 15 dias consecutivos a cada 6 meses de contrato. O que geralmente ocorre com os estagiários nas escolas é do período de recesso ser concedido durante às férias escolares do mês de dezembro e janeiro, após isso há o desligamento, quebra de contrato entre as partes, pois neste período do ano (até março, quando as aulas retornam) as escolas não necessitam dos estagiários.

Outros direitos assegurados são: a oferta de vale transporte para os estudantes que o necessitam para se locomover até a escola e o seguro contra acidentes pessoais contratado pela concedente de estágio.

O Artigo 28 da Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação refere-se a um direito que é pouco comentado em nosso curso e que só tomei conhecimento realizando esta pesquisa, segundo ele

É assegurada ao estagiário, nos períodos de avaliação de aprendizagem pelas instituições de ensino, carga horária de estágio reduzida, pelo menos à metade, segundo estipulado no Termo de Compromisso e mediante comprovação. curso e/ou

ao período de realização das aulas do semestre. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 9).

Para efetivação do estágio não obrigatório, o acadêmico deve possuir matrícula e frequência regular no curso de pedagogia. A carga horária do mesmo não pode ultrapassar de 30 horas por semana e o turno deve ser contrário ao do curso. A duração do estágio poderá ser de, no máximo, 2 anos na mesma UCE, havendo a renovação de contrato a cada 6 meses.

A carga horária pode ser dividida da seguinte forma: “[...]quatro horas diárias e vinte horas semanais ou de seis horas diárias e trinta semanais[...].” (BRASIL, 2019, p. 4). Os horários serão definidos pela Concedente de Estágio, ofertando diferentes possibilidades ao estagiário. Porém não há a possibilidade de trabalhar horas adicionais ao que consta no Termo de Compromisso, somente em casos de falta justificada onde há a compensação de, no máximo, 1 hora por jornada. Segundo o Art. 12, § 5º da Instrução Normativa n. 231, de 17 de dezembro de 2019

Para fins dessa Instrução Normativa, não se exigirá compensação de horário nas hipóteses de faltas decorrentes de:

- I - tratamento da própria saúde, com apresentação de atestado médico; e
- II - falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, com apresentação do atestado de óbito. (BRASIL, 2019, p. 4).

O estagiário necessita elaborar um Plano de Atividades para a realização do estágio, neste deve constar os dados do estagiário e do local em que irá realizar o estágio, uma introdução explicando a importância desse processo e de que forma ele auxiliará em sua formação, os objetivos, a descrição das atividades que serão executadas, as considerações finais que expressarão suas expectativas e limitações perante o estágio e, por fim, as referências utilizadas. Este plano deve ser elaborado a cada 6 meses, se houver a renovação do contrato entre a UCE e o estagiário.

É da responsabilidade do estagiário, segundo o Artigo 46 da Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/Câmara de Graduação:

- I - assinar o Termo de Compromisso;
- II - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- IV - desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- V - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- VI - entregar relatórios a cada seis meses de estágio realizado, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso, e no final da vigência do estágio;

VII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do Campus. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015, p. 15).

O relatório citado anteriormente é elaborado ao final do contrato, a cada 6 meses, devendo conter os dados do estagiário e da UCE, uma introdução explicando a função do relatório e a descrição das atividades que foram realizadas, uma análise crítica às práticas exercidas, sua importância na formação acadêmico-profissional e pessoal, as considerações finais que expressarão suas limitações e dificuldades encontradas e se as expectativas, os objetivos propostos e potencialidades descritos no Plano de Atividades foram cumpridos, por fim, as referências utilizadas.

O estágio remunerado não estabelece vínculo empregatício de qualquer natureza com a concedente de estágio (art. 3º da Lei 11.788/2008), por esse motivo o estagiário não tem direito a encargos sociais, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como FGTS, INSS, 13º salário, $\frac{1}{3}$ sobre as férias e verbas rescisórias. O estagiário não entrará na folha de pagamento da empresa. Acerca da remuneração não há um piso preestabelecido, sendo determinado por acordos entre as partes.

2.5 O TERMO DE COMPROMISSO E O QUE ELE ASSEGURA

O Termo de Compromisso é um contrato firmado entre a universidade, a UCE, o agente de integração (se houver) e o estagiário.

O Termo de Compromisso é um acordo celebrado entre o educando ou seu representante ou assistente legal, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. (BRASIL, 2010, p. 28).

Segundo a Instrução Normativa nº. 231, deverá constar as informações de identificação do estagiário, como seu curso e em que semestre está matriculado, além do valor da bolsa em casos de estágio remunerado, a indicação de um professor orientador por parte da instituição de ensino e as atividades que serão desenvolvidas durante o estágio.

Deve indicar se o TCE “decorre de contrato direto com o estudante, ou se for o caso, convênio ou acordo de cooperação” (BRASIL, 2019, p. 6), que o estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, nem a quaisquer direitos assegurados pela CLT e aos servidores públicos.

Outras normas que deverão ser citadas no TCE, segundo a Instrução Normativa nº. 231, são: A proibição de cobranças ou descontos pelo agente de integração, o dever do estagiário em apresentar relatórios a cada 6 meses, “as condições de desligamento do estágio” (BRASIL, 2019, p. 6), o preceito que o acadêmico terá sua carga horária de estágio reduzida pelo menos à metade em dias de avaliação, semana de provas e afins, devendo apresentar uma declaração elaborada pela instituição de ensino (BRASIL, 2019).

O Termo de Compromisso de Estágio deverá conter as informações de identificação do acadêmico, da unidade concedente e da instituição de ensino, Universidade Federal da Fronteira Sul, além do cargo e nome do supervisor e do orientador. Deve conter os encargos de cada uma das partes, os valores da bolsa e do auxílio transporte que serão concedidos, o número da apólice do seguro contra acidentes, além do objetivo, da definição, dos horários e da vigência do estágio (BRASIL, 2010).

Também deve constar-se no Termo o plano de atividades, os motivos que levam a rescisão do contrato e o direito de recesso remunerado, compatível com o tempo estagiado, dentro da vigência do TCE. O documento deve ser assinado pelo acadêmico, pela unidade concedente, pela universidade e pelo agente de integração (se houver).

No próximo capítulo será abordado o conceito de *práxis* e a opinião das estagiárias pesquisadas sobre a relação entre teoria e prática e como o estágio não obrigatório pode, ou não, contribuir para a formação docente.

3 A UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA NOS ESTÁGIOS REMUNERADOS

Por vezes o estágio é visto como a parte prática do curso de pedagogia. Quando realizei o estágio não obrigatório ouvi diversas falas de professoras da rede municipal como: "Agora você vai ver que a teoria não serve pra nada, na prática é totalmente diferente" ou ainda "só aprendemos na prática". Essas falas demonstram lacunas na formação inicial destas professoras, que não encontram na teoria um suporte para a prática. Segundo Pimenta e Lima: "No cerne dessa afirmação popular, está a constatação, no caso da formação de professores, de que o curso nem fundamenta teoricamente a atuação do futuro profissional nem toma a prática como referência para a fundamentação teórica. Ou seja, carece de teoria e prática." (2012, p. 33).

No curso de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul aprendemos a valorizar a teoria e a formação continuada para uma boa prática pedagógica. Compreendo o estágio como

[...]um espaço formativo teórico-prático instrumentalizador da práxis docente, que conduz à transformação da realidade. O estágio curricular supervisionado não pode ser entendido como experiência profissional a ser desenvolvida num momento isolado e/ou ao final do curso. Em vez disso, precisa ser projetado como atividade que integra toda a formação; por isso, a preparação das situações que embasam a organização dos estágios deve constituir-se num momento de mobilização e de articulação de conhecimentos que possibilitem estabelecer uma mediação teórica e intencional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2018, p. 55).

Para Selma Garrido Pimenta (2011) a teoria e a prática são indissociáveis, devendo criar uma interdependência recíproca entre ambas. A prática deve ser vista como aplicação da teoria.

É de extrema importância que toda a prática tenha um embasamento teórico. Por este motivo que o estágio, seja ele não obrigatório ou curricular supervisionado, não é a "parte prática" do curso de pedagogia, pois para a atuação nas escolas é necessário que o acadêmico recorra das aprendizagens teóricas.

Durante a aplicação do questionário, foram recebidas 10 respostas que continham como princípio a relação entre teoria e prática na pergunta: *Você sente que o estágio remunerado contribui para sua formação em pedagogia? Ele te prepara para sua futura profissão? De que forma?* A estagiária L respondeu da seguinte forma: *Sim, com toda certeza, pois é na prática que aprendemos tudo, lidamos com desafios, somos desafiados, fazemos acontecer.*

Essa resposta demonstra o afastamento entre teoria e prática no momento em que há a afirmação que na prática é possível aprender tudo, sem se lembrar que toda a prática possui um embasamento teórico.

Outra resposta que demonstra esse afastamento foi a da estagiária Q, que afirma: *Sim, creio que é uma experiência única. A partir disso podemos distinguir teoria da prática e você*

aprende muito. Crescemos como pessoa e principalmente como profissionais. Essas respostas demonstram distanciamento com o conceito de práxis.

3.1 O CONCEITO DE PRÁXIS E SUA APLICAÇÃO NO ESTÁGIO REMUNERADO

A práxis é um conceito que surgiu na Grécia, a partir de Aristóteles. Segundo o dicionário *Oxford Languages* o termo práxis tem sua etimologia na palavra grega *prâksis* que significa ação, conduta.

“Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles parece distinguir dois tipos de atividade humana: a *poiesis* ou produção, que a princípio poderia ser aproximada do acontecimento natural, e a práxis ou ação, que escapa totalmente ao modelo físico” (VALLE, 2014, p. 274). *Ética a Nicômaco* é uma das principais obras de Aristóteles, consiste em um conjunto, uma coletânea que reúne 10 livros que debatem os mais variados temas sobre a sociedade como a ética e a moral, a felicidade e como alcançá-la, o bem e o mal, a justiça e entre outros assuntos. No sexto livro, Aristóteles aborda questões da razão, traçando um caminho para o conhecimento (ciência, conhecimento técnico, discernimento, inteligência e sabedoria). É neste livro que Aristóteles constitui práxis como sendo a sabedoria advinda pela prática, o conhecimento prático.

O conhecimento prático sabe que as coisas são de determinada maneira, mas não sabe por que são dessa maneira. O conhecimento prático é um conhecimento do particular, do variável, enquanto o conhecimento teórico é o conhecimento universal. (SILVEIRA, 2001, p. 15).

No Marxismo o termo práxis ganha outro significado, o de ação transformadora. “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VÁZQUEZ, 2011, p. 111).

A práxis, para Marx, é vista como a prática consciente e não instintiva como a dos animais. Refere-se, principalmente, às lutas trabalhistas, onde de nada adianta o discurso sem ação consciente, a teoria sem a práxis.

Dito de outro modo, o autor de *O Capital* aponta logo de início que espécie de ser produz a ação que deseja explicar, e enfatiza a diferença entre o trabalho instintivo dos animais e a característica específica que define a ação do homem no trabalho, a saber, a capacidade que ele tem de gerar idealmente (conscientemente) o produto a que deseja chegar e então pôr em movimento suas forças fazendo com que concorram à realização da atividade. Aqui está o núcleo da teoria-prática da ação ou a essência da práxis humana. (SILVA, 2017, p. 71, grifo do autor).

Paulo Freire também se refere ao termo práxis em seus escritos, explicando de maneira mais simplificada seu conceito. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* ele a define como “[...]reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 21). A práxis é a união entre teoria e prática, sendo elas inseparáveis, indissolúveis, implicando cotidianamente uma ação crítica com o objetivo de transformar o meio social.

É práxis. É transformação do mundo. E na razão mesma em que o que fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação. Não pode reduzir-se, como salientamos no capítulo anterior, ao tratarmos a palavra, nem ao verbalismo, nem ao ativismo. (Freire, 1987, p. 70).

A práxis configura-se como uma prática reflexiva, consciente. Em nossas vivências na escola, podemos caracterizar a práxis a partir do fazer pedagógico, do planejamento, da ligação entre teoria e prática, da formação continuada, da busca pelo novo e o melhor para nossas crianças.

Em resposta à pergunta *“você sente que o estágio remunerado contribui para sua formação em pedagogia? Ele te prepara para sua futura profissão? De que forma?”* A estagiária R resume a práxis vivenciada nos estágios não obrigatórios na resposta: *“Com certeza sim, me mostrando exemplos do que fazer e também do que não fazer. Esse contato com a escola colabora muito com o fortalecimento da nossa identidade profissional, possibilitando que vivenciamos na prática situações vistas na teoria do ambiente universitário.”* Ela traz em sua resposta a articulação entre teoria e prática na escola, buscando aprender a partir da prática de outras professoras, associando aos conhecimentos estudados no curso de pedagogia.

A estagiária F também afirma que: *“Sim. Pois vemos como funciona realmente uma escola e podemos ir tecendo reflexões e conexões entre teoria e prática.”* A estagiária J complementa este pensamento com a resposta: *“Creio que o estágio remunerado contribui para a formação de todo profissional. Estar em contato com as práticas, podendo relacioná-las com a teoria estudada na graduação é fundamental para a construção dos saberes.”*

Já a estagiária G tece uma crítica à teoria, respondendo: *“O estágio traz muitas experiências mas a principal é que você consegue ver como realmente é o “chão” da escola, quais as dificuldades que a escola enfrenta, como enfrenta, te prepara a lidar com certas situações, que na faculdade, com a teoria você não imaginaria que teria que enfrentar.”*

3.2 A BUSCA PELA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Qual seria a motivação que leva tantos acadêmicos a realizarem o estágio não obrigatório em nosso curso? Em uma das questões da pesquisa foi proposta a seguinte pergunta

O que te motivou a realizar o estágio não obrigatório? Diversas condições foram abordadas nas respostas, mas a principal delas foi a busca pela experiência de estar inserido no cotidiano escolar.

Foram 13 estagiárias que relatam ter iniciado o estágio pela experiência profissional adquirida neste processo, como o caso da estagiária R que descreve que sua motivação advém do *interesse em estar em contato com o ambiente escolar, para assim conhecer de perto a cultura organizacional da escola e poder estar inserida na sala de aula.*

A busca por essa experiência docente se fez presente em diversas respostas, em alguns casos essa procura decorre da dúvida quanto ao curso que o acadêmico está matriculado, podemos observar essa questão no relato da estagiária J: *No início da graduação em Pedagogia estava com algumas dúvidas quanto o curso escolhido para a graduação, não tinha certeza se iria gostar de atuar na área, então decidi ter uma experiência para ter certeza que iria permanecer no curso.*

Nesta questão também tiveram outras opiniões quanto ao motivo de ter escolhido realizar o estágio não obrigatório. Dentre as estagiárias pesquisadas 7 expressaram a vantagem da remuneração dentro da área de estudo, a pedagogia. A estagiária O relata que sua motivação *foi o convite de uma diretora, em uma escola Municipal do Município de Erechim.*

Outra questão elaborada na pesquisa e em que nas respostas esteve presente esta busca pela experiência foi: *você sente que o estágio remunerado contribui para sua formação em pedagogia? Ele te prepara para sua futura profissão? De que forma?* Em resposta a esta pergunta a estagiária I responde: *Sim, me deu uma boa bagagem e experiências que me sensibilizaram para futuramente exercer a pedagogia de forma mais sensível, acolhedora e significativa para as crianças.*

O estágio pode ser fonte de inúmeros conhecimentos, é estando presente no cotidiano escolar que nos construímos quanto profissionais da educação. “O professor constrói sua identidade com base em suas experiências vivenciadas antes e durante a graduação e com base em elementos históricos e sociais, mas, especialmente, com os significados que vai atribuindo à profissão. (SARTORI, BRAGAGNOLO, 2008, p.132).

A estagiária B evidencia um pouco desta mudança em sua resposta: *Me ensinou a ser uma profissional diferente, trabalhando junto as estagiárias que trabalham comigo. Deixando elas com autonomia e participação efetiva das aulas e planejamento delas.*

Estas experiências vivenciadas no estágio nos fazem refletir sobre nossas práticas, fortalecendo a ligação e unidade entre a teoria e a prática.

Nesse processo, o papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 12).

Acerca desta relação entre teoria e prática a estagiária K nos traz uma importante contribuição afirmando: *Sim, consegui refletir sobre minha prática e analisar com as teorias pedagógicas embarcadas na universidade.*

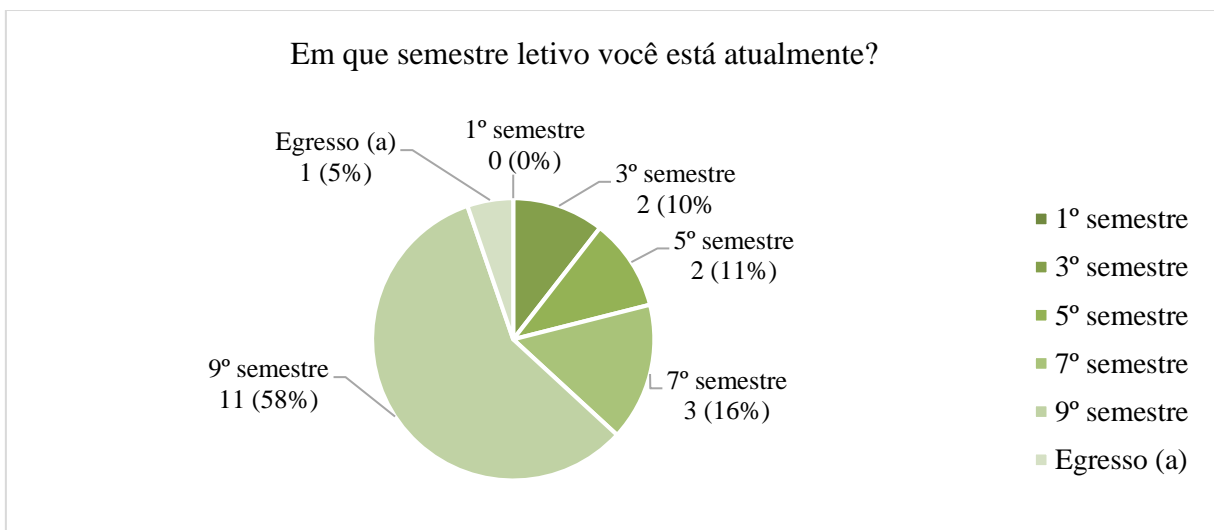
Por outro lado, a estagiária H, não teve uma experiência positiva com o estágio não obrigatório e quando questionada acerca das contribuições para sua formação respondeu: *No meu caso não me auxiliou em nada.* Durante seu questionário podemos observar que as experiências vivenciadas por ela eram em geral com cuidados na higiene e alimentação das crianças, não estando diretamente inserida nas salas de referência das crianças.

Neste capítulo pudemos evidenciar que as estagiárias possuem diferentes vivências, opiniões e perspectivas acerca do estágio. No capítulo a seguir será retratado o perfil das estagiárias pesquisadas. Contendo informações como: em que semestre estão matriculadas, que município realizam o estágio não obrigatório, em que rede de ensino, com qual faixa de idade, dentre outras informações.

4 PERFIL DAS ESTAGIÁRIAS

Este capítulo tem por finalidade descrever os dados principais das estagiárias que participaram da pesquisa. No gráfico a seguir podemos observar em que semestre estão matriculadas.

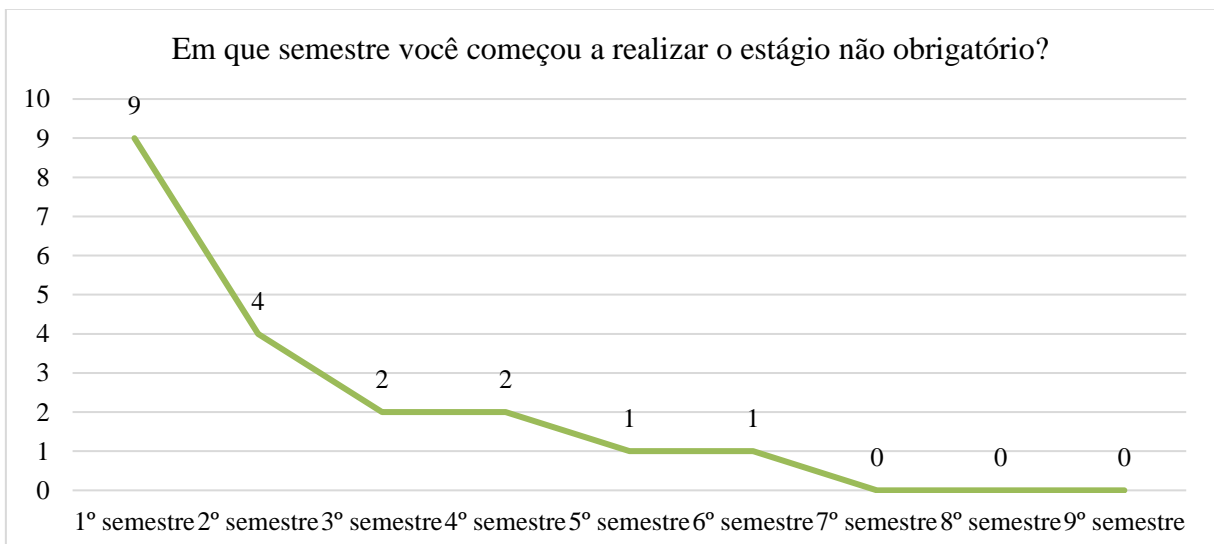
Figura 2: Distribuição dos semestres das estagiárias consultadas



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

É possível constatar que há um maior número de adesão à pesquisa no 9º semestre e nenhum participante do 1º. Porém o gráfico a seguir nos mostra que o maior número de estagiárias começou a realizar o estágio não obrigatório no 1º semestre.

Figura 3: Semestre em que as estagiárias começaram a realizar o estágio não obrigatório

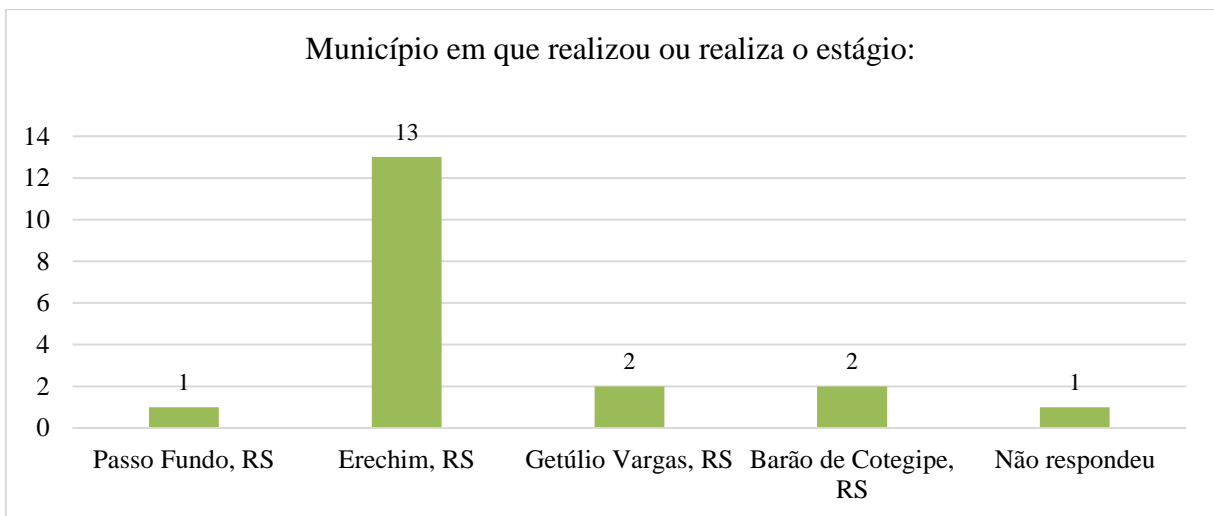


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Também é possível verificar que conforme os semestres vão passando há menos acadêmicas que optam por iniciar o estágio ou conhecê-lo.

A pesquisa indicou que a atuação das estagiárias se estendeu a 4 municípios, dentre eles estão: Barão de Cotegipe, Erechim, Getúlio Vargas e Passo Fundo, todos pertencentes a região do Alto Uruguai Gaúcho. No gráfico abaixo é possível verificar a quantidade de estagiárias por município.

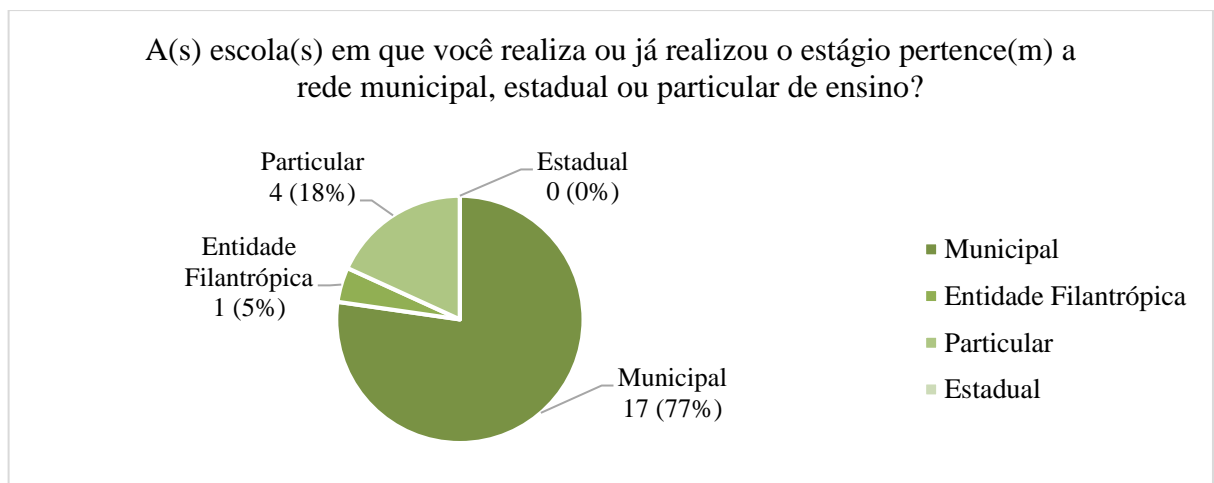
Figura 4: Municípios em que as estagiárias realizam ou realizaram o estágio não obrigatório



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nas respostas às perguntas foi possível analisar que as acadêmicas realizaram estágio em diferentes redes de ensino, no particular, na municipal e em uma entidade filantrópica, como é possível observar no gráfico a seguir:

Figura 5: Redes de ensino das escolas em que as estagiárias realizaram estágio não obrigatório

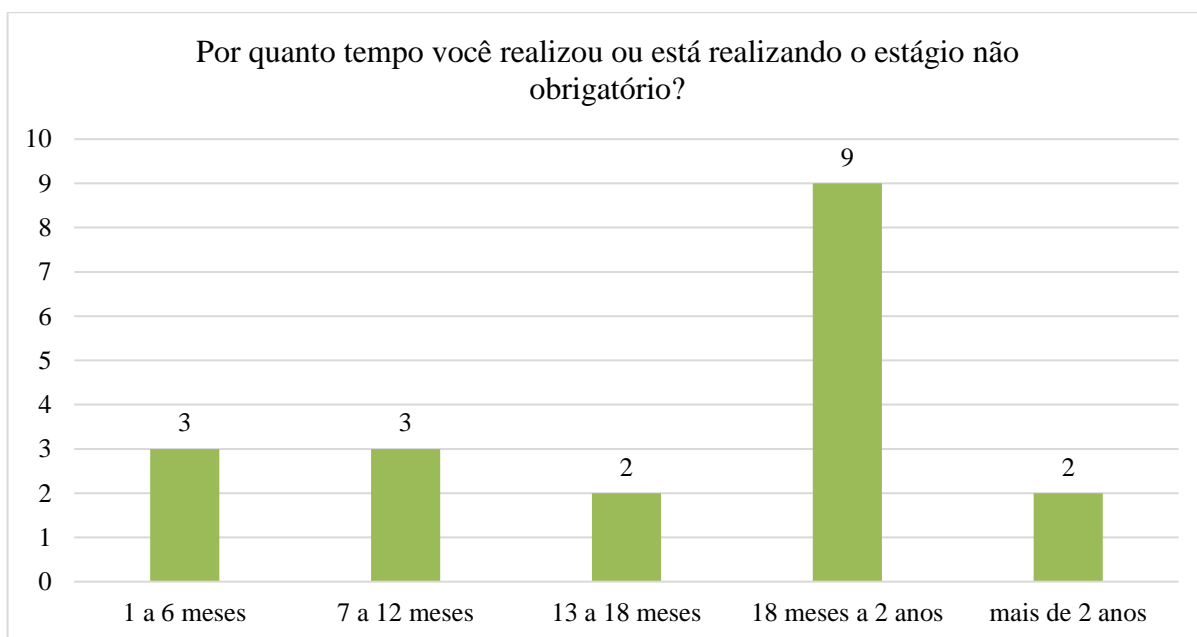


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Antes da realização desta pesquisa, cogitei que os estagiários seriam apenas das redes municipais, pois durante meu percurso acadêmico pude notar que a maioria das oportunidades estava nesta rede de ensino. Me surpreendi ao perceber que aproximadamente 26,31% das estagiárias consultadas pertenciam a outras redes de ensino e não ao município.

O gráfico abaixo contempla o tempo de realização do estágio. É importante lembrar que o tempo máximo em cada concedente de estágio é de 2 anos.

Figura 6: Tempo de realização de estágio não obrigatório

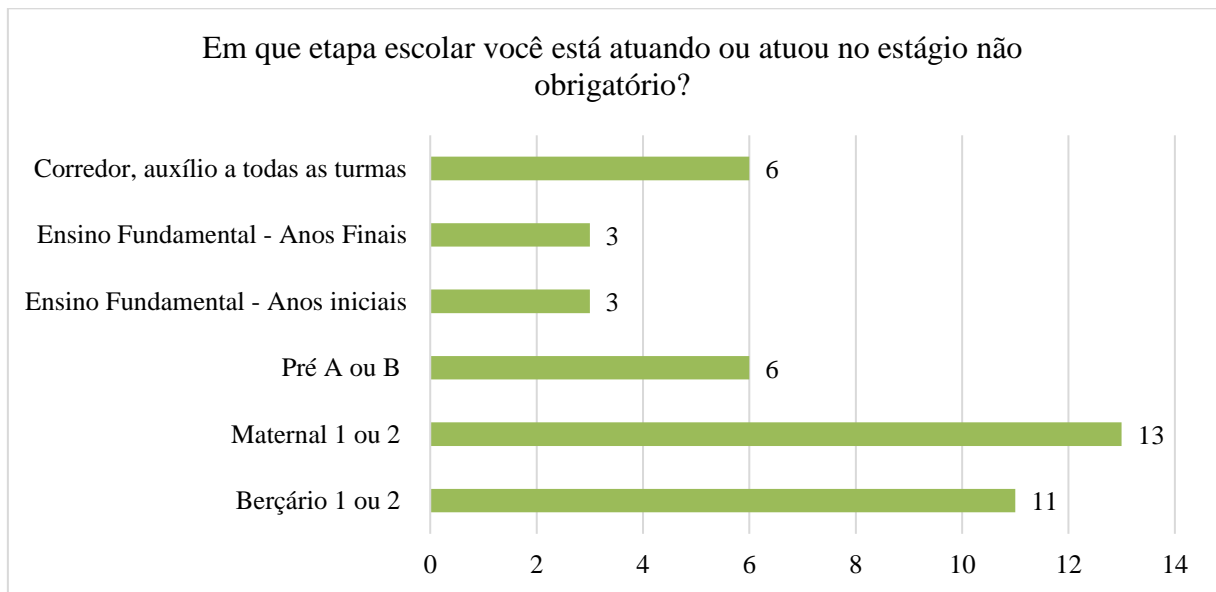


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na pergunta: *Se não está mais realizando estágio, porque decidiu por não renovar seu contrato? O período máximo de dois anos já havia sido concluído?* 7 estagiárias afirmaram terem realizado os 2 anos, período máximo de realização de estágio não obrigatório na mesma concedente de estágio. A estagiária J afirma: *Estava no final do último contrato quando tive oportunidade de ingressar em outra instituição de ensino, por estar no “limite” do tempo de estágio acabei aceitando o emprego, porém gostaria de continuar estagiando se fosse possível. Acredito que seria interessante que esse período fosse maior, pois há demanda nas escolas e interesse por parte dos estagiários.*

Os estagiários atuam em diversas etapas escolares, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na amostra pesquisada a distribuição das etapas escolares é exemplificada no gráfico a seguir:

Figura 7: Etapas escolares e áreas em que as estagiárias atuam ou atuaram no estágio não obrigatório



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Podemos observar que a maioria das estagiárias atua ou já atuou com os bebês e as crianças bem pequenas, Berçário I e II, Maternal I e II. Essas turmas necessitam de maior cuidado e atenção. Por serem crianças muito pequenas, os estagiários, geralmente, são encaminhados a essas turmas.

No próximo capítulo será apresentado alguns dos relatos recolhidos pelo formulário. Tendo por objetivo narrar um pouco do cotidiano destas mulheres e trazer suas angústias, demandas e satisfações durante a realização do estágio não obrigatório.

5 RELATOS DO COTIDIANO

Este capítulo objetiva relatar algumas vivências narradas pelas estagiárias durante a aplicação do questionário. Expondo seus desencorajamentos, adversidades, opiniões, anseios, incentivos, sentimentos e afetos.

Antes de relatar suas experiências é importante ressaltar que cada estagiária possui uma opinião pautada em suas vivências. Mesmo podendo estar em um mesmo contexto, na mesma escola, com a mesma função, as estagiárias podem ter diferentes pontos de vista, como ressalta Minayo acerca das vivências em geral:

Já a vivência é produto da reflexão pessoal sobre a experiência. Embora a experiência possa ser a mesma para vários indivíduos (irmãos numa mesma família, pessoas que presenciam um fato, por exemplo) a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história. Embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre. (MINAYO, 2012, p. 622).

Um importante questionamento realizado na pesquisa foi: *Como você foi acolhido, recepcionado na escola em que está realizando o estágio não obrigatório?* 78,95% das estagiárias afirmaram terem sido bem recepcionadas e acolhidas. Dentre os relatos, destaca-se o da estagiária J que afirma: *Minha experiência com a escola de realização do estágio não obrigatório foi muito positiva, a gestão e os demais profissionais da escola sempre me acolheram muito bem. A professora regente foi uma grande inspiração para a minha continuidade na graduação, me incentivando e auxiliando no que fosse necessário. Hoje sinto saudades de pertencer ao cotidiano daquele ambiente, criei grande carinho por todos.*

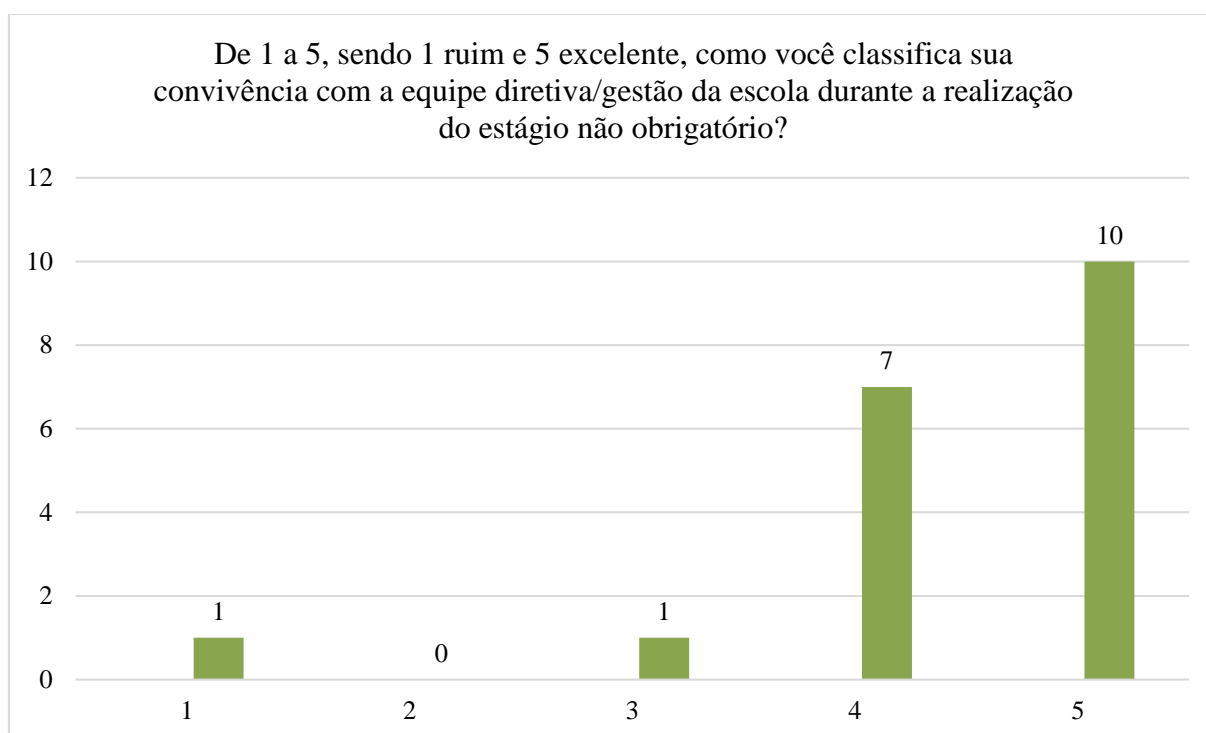
Porém 21,05% das estagiárias relatam terem tido experiências negativas acerca do acolhimento, principalmente por parte da gestão da escola. A estagiária L afirma que: *Na escola municipal, me passaram o desafio das oficinas de contação de histórias sem explicar como era o sistema das oficinas. Apreendi tudo no fazer, não recebendo muita ajuda da direção. Não recebi as coordenadas da direção, quem me passou foram outros auxiliares. A direção não se esforçou para me ajudar. Sempre de mal humor. Valorização precária da direção com os auxiliares.*

Como podemos observar nesta resposta e de outras estagiárias há um conflito com a equipe gestora da escola. Foi pensando nisso que agrupou-se as respostas que continham relatos de descontentamentos com os funcionários, professores e equipe diretiva.

5.1 CONVIVÊNCIA COM AS PROFESSORAS REGENTES, GESTÃO E FUNCIONÁRIOS

Duas das perguntas realizadas no questionário referiam-se diretamente à essa relação, convivência com a gestão, professoras e funcionários. As perguntas eram de escala linear, ou seja, deveriam ser classificadas de 1 a 5, sendo que 1 significaria uma convivência ruim e 5 seria excelente. A primeira pergunta sucedeu-se da seguinte maneira: *Como você classifica sua convivência com a equipe diretiva/gestão da escola durante a realização do estágio não obrigatório?* A partir das respostas, foi possível formular o gráfico a seguir:

Figura 8: Classificações de convivência com a com a equipe diretiva/gestão da escola

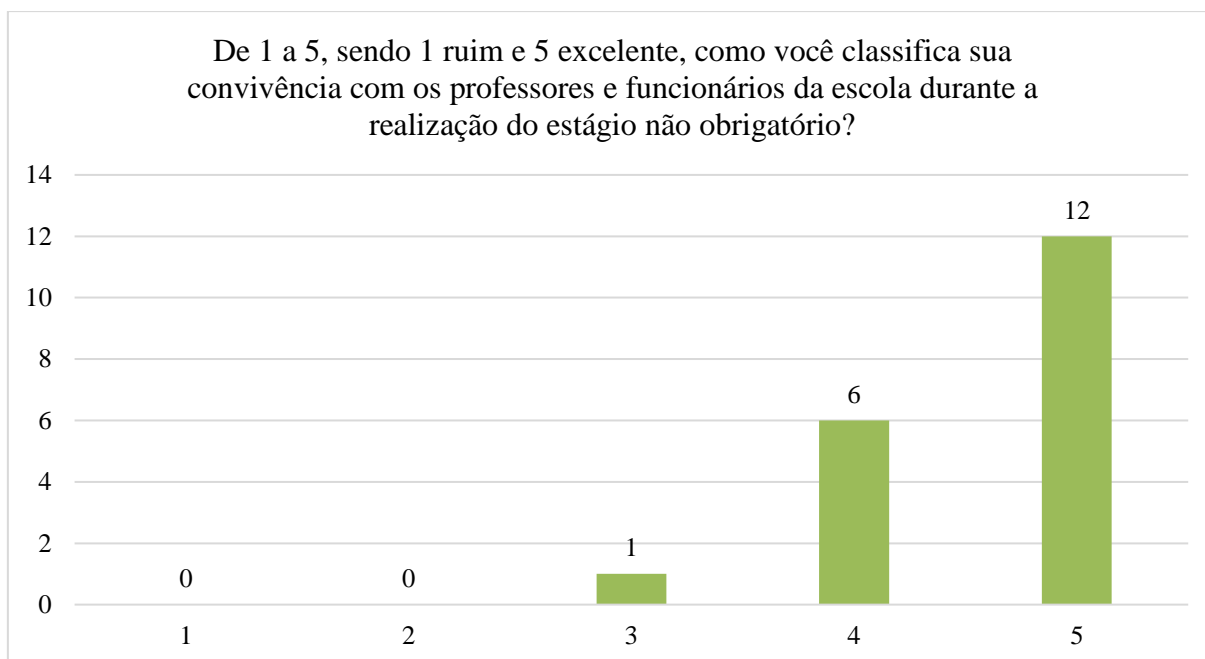


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A grande maioria das estagiárias considera ter uma boa relação com a gestão da escola em que estão realizando ou já realizaram estágio não obrigatório. Apenas 5,26% delas consideram esta convivência como ruim, outros 5,26% a consideram como razoável.

Porém quando realizada a pergunta como você classifica sua convivência com os professores e funcionários da escola durante a realização do estágio não obrigatório? As respostas foram diferentes, como demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 9: Classificações de convivência com os professores e funcionários da escola



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste caso a grande maioria considera a relação entre os professores e funcionários como excelente. Apenas 1 estagiária considera a convivência como regular e nenhuma a conceitua como ruim.

Porém é em outras perguntas que podemos observar maior número de relatos das estagiárias acerca de conflitos, de insatisfação e desagrado com a gestão e professores. Um exemplo desta circunstância está nas narrativas proporcionadas pela pergunta: *Cite alguma dificuldade, limitação, problemática encontrada em seu dia a dia como estagiária*. A estagiária F ressalta as *divergências de ideias e concepções pedagógicas com outras pedagogas formadas em outro tempo, faculdade...*

Outros relatos como este foram expressos nesta pergunta, a estagiária H cita como dificuldades e limitações *as formas tradicionais de ensino*, a estagiária M complementa este pensamento acrescentando como dificuldade a: *Falta de credibilidade por estudar em uma Universidade Federal*, além da estagiária O que também cita como um descontentamento o *observar as práticas que não são coerentes com os saberes docentes*.

Esta questão está muito atrelada à valorização, a incapacidade de colocar em prática os conhecimentos estudados no curso, pois em geral, as estagiárias sentem a necessidade de poder atuar na sala de referência das crianças, de auxiliar em ideias de planejamento e aprender juntamente com as professoras. A estagiária R nos demonstra essa importante reflexão em seu relato: *Acredito que no meu contexto em que eu estava inserida as dificuldades maiores eram*

relacionadas a infraestrutura da escola, pois a mesma apresentava péssimas condições. Além disso a falta de abertura das professoras regentes também é algo difícil de lidar, pois elas acabam duvidando da nossa capacidade, comprometimento e nos reconhecem como meras auxiliares (somente trocar fralda, auxiliar no refeitório).

Referindo-se a esta construção de relacionamentos entre os funcionários de uma escola e as dificuldades e limitações narradas pelas estagiárias consultadas, a estagiária Q demonstra descontentamento com a *falta de comunicação, de material e de suporte da escola*, além da estagiária L que ressalta a *falta de instrução, falta de consideração e de valorização* presente durante o estágio não obrigatório. Podemos verificar o quanto a falta de valorização está presente nestes relatos, em que as estagiárias são subjugadas, depreciadas e desvalorizadas em suas funções no contexto escolar.

Nesta mesma perspectiva em que na pergunta: *Em sua trajetória de estágio não obrigatório houve alguma situação que te desencorajou a seguir a profissão docente? E alguma que te incentivou?* A estagiária Q nos traz um triste relato em que aponta: *Preconceito com colegas por aparência física, desmotivação de professores mais velhos e falta de escuta por parte da gestão*. A estagiária B responde à mesma pergunta da seguinte forma: *Várias, descrença em estagiários como se fossem meros auxiliares em vez de trabalhar junto*.

Porém há relatos positivos acerca desta relação e convivência entre os educadores, a estagiária A menciona: *O que me incentivou foi conhecer professores que eu gostaria de me inspirar e aqueles que eu gostaria de não repetir as mesmas ações*. A estagiária E apresenta um relato muito positivo, onde escreve: *A liberdade de ser professora, para além das obrigações de uma auxiliar, que tenho com minha regente sempre me encorajou a seguir*.

Já a estagiária R, traz em sua narrativa duas perspectivas diferentes, ela responde: *Sim, houveram algumas. No meu primeiro contato com a escola fui auxiliar de uma professora muito tradicional e agressiva com as crianças, o que me fez abandonar em poucos meses o estágio remunerado. No entanto, um ano depois retornei para essa escola e pude vivenciar situações inspiradoras, de professoras que de fato me acolheram, trocavam ideias e experiências, fortalecendo assim minha formação como pedagoga*. A estagiária S acrescenta acerca desta admiração por uma professora regente relatando: *Teve uma pessoa que falou para mim não desistir pois as crianças precisam da gente*.

Como uma crítica e sugestão para esta situação a estagiária Q escreve: *Penso que o estagiário poderia ser mais valorizado. Estamos ali para aprender mas também possuímos ideias novas que podem ajudar nas vivências da escola. Creio que a gestão da escola necessita ter esse lado de ouvinte mais aberto aos estagiários*. A estagiária M sugere: *A Universidade ter*

um maior contato com supervisores dos estágios nas escolas, enfatizando que o estagiário está em processo de construção em sua caminhada profissional acadêmica.

Além destas importantes sugestões, a estagiária P sugere acerca de outro tema, o acolhimento a novos estagiários a: Gostaria de dizer que as escolas tinham que ser mais acolhedoras com os novos estagiários[...].

É a respeito deste assunto, do acolhimento de novas estagiárias, que na questão: *Como você foi acolhido, recepcionado na escola em que está realizando ou já realizou o estágio não obrigatório?* A estagiária H responde: *Não tive um acolhimento muito bom. Coordenações e direção não explicou ou definiu minhas funções. E as funcionárias concursadas não faziam questão de ajudar.* O relato também se faz presente em outras respostas da mesma questão, mostrando uma falha na comunicação entre a gestão da escola e os novos estagiários, que acabam, por vezes, ficando perdidos, sem saber o que deverão fazer e como realizar suas funções. Devemos lembrar que a maioria dos acadêmicos que optam pela realização do estágio não obrigatório está no 1º semestre, podendo ser seu primeiro contato com a escola como educador e responsável por crianças.

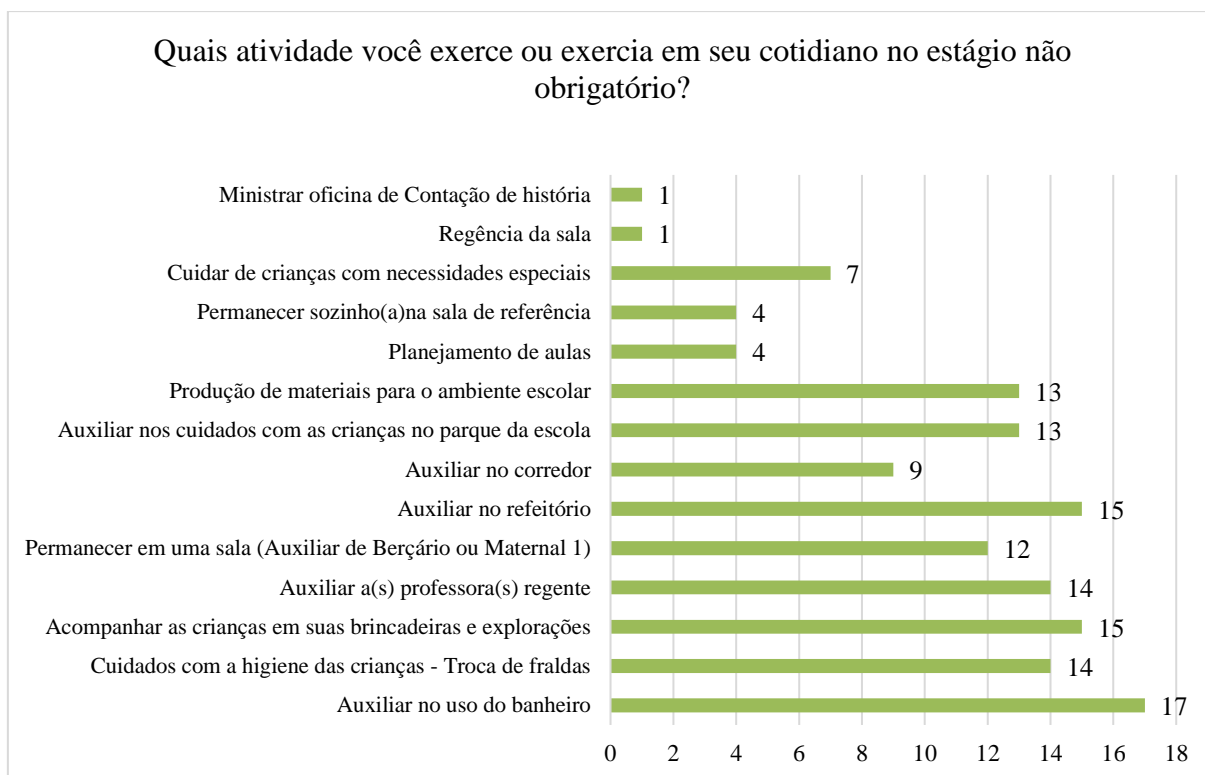
Sendo assim a aproximação com a equipe diretiva, com os professores e funcionários é de suma importância para o bom convívio e aprendizado de ambas as partes.

5.2 ATIVIDADES EXERCIDAS DURANTE O ESTÁGIO

Os estagiários realizam diversas funções dentro das escolas. Foi pensando nisso que foi elaborada a seguinte questão: *Quais atividades você exerce ou exercia em seu cotidiano no estágio não obrigatório?* Para responder essa questão foram colocadas alternativas de múltipla escolha, dentre elas estavam: Cuidados com a higiene das crianças – auxiliar no uso do banheiro; cuidados com a higiene das crianças – troca de fraldas, acompanhar as crianças em suas brincadeiras e explorações; auxiliar a(s) professora(s) regente; permanecer em uma sala, auxiliando a professora regente (Auxiliar de Berçário ou Materna I), auxiliar no refeitório, auxiliar no corredor, auxiliar nos cuidados com as crianças no parque da escola; produção de materiais para o ambiente escolar (como decorações e materiais didáticos); planejamento de aulas; permanecer sozinho(a) na sala de referência, assumindo a responsabilidade da turma; educador Especial (cuidar de crianças com alguma deficiência); Regência da sala e outros.

A partir dos dados coletados pelo questionário pode-se criar o gráfico ilustrado a seguir:

Figura 10: Distribuição das atividades exercidas em seu cotidiano no estágio não obrigatório

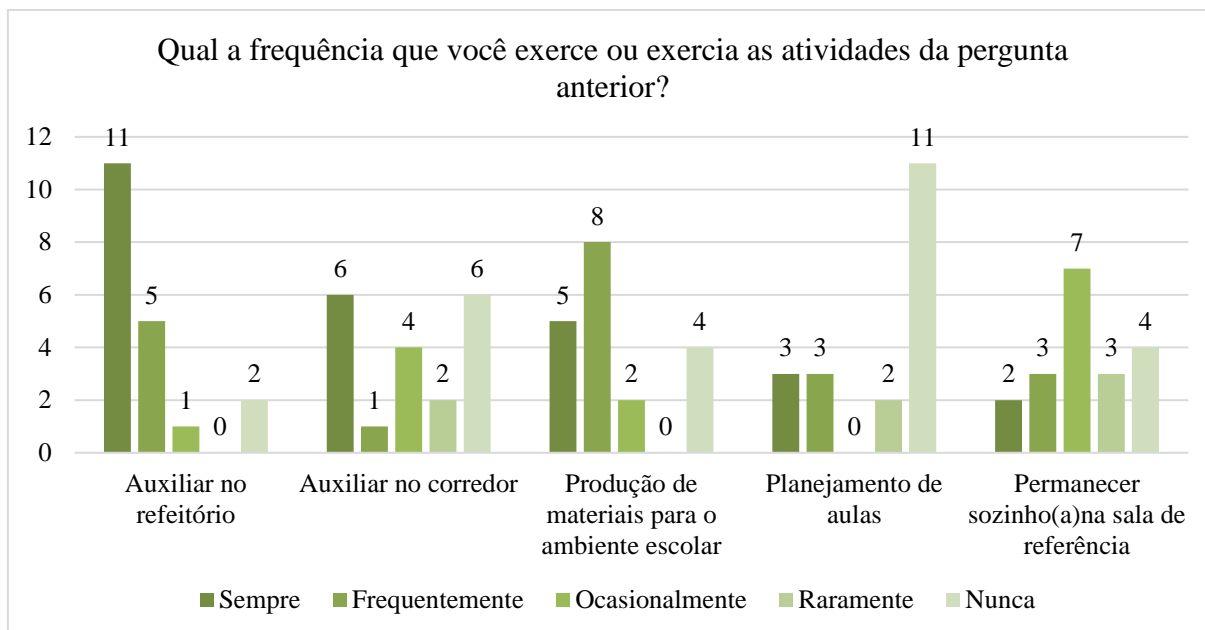


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste gráfico é possível analisar que a atividade mais realizada pelas estagiárias foi o auxílio no uso do banheiro, cerca 89,47% das estagiárias realiza esta função. Um dado que me surpreendeu nesta pesquisa foram que 6 estagiárias são responsáveis ou já foram pelo cuidado de crianças com deficiências, 31,58% do total dos estagiários pesquisados, um número bastante elevado. Ao decorrer deste trabalho será discorrido acerca deste assunto.

A seguinte questão foi elaborada intencionada pelo questionamento em que frequência essas atividades eram realizadas, se o estagiário a exercia sempre, frequentemente, raramente ou nunca. A questão foi elaborada da seguinte forma: *Qual a frequência que você exerce ou exercia as atividades da pergunta anterior?* Os resultados das respostas a esta questão podem ser observados no gráfico elaborado a seguir:

Figura 11: Frequência de realização das atividades da questão anterior



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Além destas duas questões, este tema das funções exercidas pelo estagiário surgiu em respostas de outras perguntas, como é o caso da questão: *Cite alguma dificuldade, limitação, problemática encontrada em seu dia a dia como estagiário(a)*. Houveram algumas críticas ao trabalho excessivo e ao desvio das funções de estagiário. Este é o exemplo da estagiária N, que cita como uma problemática dos estágios os *espaços adequados para as refeições* e o *desvio de algumas funções nas práticas a serem exercidas como estagiária*.

Já a estagiária C traz como sua maior dificuldade a: *Falta de professores regentes*. A estagiária J complementa essa questão com seu relato: *Um fator que dificultava o trabalho realizado era a falta de profissionais na escola, muitas crianças para poucas pessoas responsáveis por elas. Outra questão é a de o estagiário ser “quebra galho”, “pau para toda obra”, acabamos por não exercer uma única função*.

Dentro das escolas, geralmente, o estagiário exerce variadas funções, sendo conhecido por expressões como “apagador de incêndios”, “quebra galho”. Mas isso acaba por sobrecarregar os acadêmicos que se desgastam e, por vezes decidem desistir desta importante oportunidade.

Sobre o cansaço e sobrecarga de A estagiária I relata: *Quando estagiária, precisava fazer tudo que era solicitado, então as vezes acabavam nos sobrecarregando com trocas, momentos de higiene e alimentação por exemplo, que eu acho que são momentos importantes também das professoras participarem na trajetória das crianças, o que acabava criando um vínculo maior das estagiárias com as crianças*.

Na questão: *Se não está mais realizando estágio, porque decidiu por não renovar seu contrato? O período máximo de dois anos já havia sido concluído?* A estagiária H responde: *Porque não me adaptei a escola, não tive contato com a sala de aula e por mais que o estágio é remunerado acreditei que poderia ter algum aprendizado.* Neste relato podemos observar a desistência da estagiária devido as condições do trabalho não terem a auxiliado a adquirir aprendizados juntamente com as professoras regentes. A estagiária H realizou 4 meses de estágio e atuava no corredor com a função de auxiliar no uso do banheiro e por vezes assessorar nas refeições das crianças no refeitório.

Na questão: *Você gostaria de compartilhar uma sugestão, ideia, crítica relacionada ao estágio que está realizando?* A estagiária N realiza uma crítica, sugerindo *ter mais autonomia em sala de aula mesmo não sendo regente em relação as propostas pedagógicas. As estagiárias não estão nas escolas somente para auxiliar nas trocas de fraldas.*

A estagiária P sugere acerca das funções exercidas pelos estagiários: *Gostaria de dizer que as escolas tinham que ser mais acolhedoras com os novos estagiários e ver em que fase cada um está para dar algo compatível com a sua formação.* Essa é uma importante sugestão, porém será que todas as atividades que os estagiários estão realizando atualmente podem ser exercidos por eles?

Nos regimentos pesquisados: Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008; Nova Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008; Orientação Normativa n. 7, de 30 de outubro de 2008; Instrução Normativa n. 231, de 17 de dezembro de 2019; Conselho Universitário. Resolução nº 07/2015, de 13 de agosto de 2015 e o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Erechim, 2018 não há menção direta às atividades e funções que os estagiários podem realizar.

A Lei 11.788 no Art. 3º, inciso III menciona a “compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso”. (BRASIL, 2008, p. 1) Ou seja, será o termo de compromisso que irá definir as atividades exercidas pelo estagiário.

Sendo assim, pesquisei em 4 diferentes termos de compromisso, firmados pela Universidade Federal da Fronteira Sul, o CIEE, a Secretaria Municipal de Educação e o estagiário em 4 anos diferentes (2019, 2020, 2021 e 2022), realizando uma comparação entre o segmento: Principais atividades. Os fragmentos serão apresentados a seguir:

Imagem 1: Termo de compromisso de 2019

Principais Atividades
AUXILIAR NA APLICACAO DE ATIVIDADES PEDAGOGICAS E LUDICAS; AUXILIAR NA REALIZACAO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E RECREATIVAS; AUXILIAR NOS CUIDADOS E HABITOS ALIMENTARES DAS CRIANCAS; ELABORAR RELATORIOS SOBRE AS AULAS; ELABORAR RELATORIOS, COM DADOS COLETADOS NA COMUNIDADE.

Fonte: Acervo da autora (2019).

Imagem 2: Termo de compromisso de 2020

Principais Atividades
CONHECER A UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; AUXILIAR NA IDENTIFICACAO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; ACOMPANHAR E ORIENTAR AS CRIANCAS EM ATIVIDADES LUDICAS E PEDAGOGICAS; ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANCAS NAS ATIVIDADES DE RECREACAO; AUXILIAR NOS CUIDADOS E HABITOS ALIMENTARES DAS CRIANCAS.

Fonte: Acervo da autora (2020).

Imagem 3: Termo de compromisso de 2021

Principais Atividades
CONHECER A UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; AUXILIAR NA IDENTIFICACAO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; ACOMPANHAR NO DESENVOLVIMENTO E ORGANIZACAO DE ATIVIDADES PEDAGOGICAS; AUXILIAR NA ATUACAO EM ATIVIDADES ESCOLARES; AUXILIAR NOS CUIDADOS E HABITOS ALIMENTARES DAS CRIANCAS.

Fonte: Acervo da autora (2021).

Imagem 4: Termo de compromisso de 2022

Principais Atividades
CONHECER A UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; AUXILIAR NA IDENTIFICACAO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTAGIO; ACOMPANHAR ATIVIDADES ESCOLARES; ACOMPANHAR E ORIENTAR AS CRIANCAS EM ATIVIDADES LUDICAS E PEDAGOGICAS; ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANCAS NAS ATIVIDADES DE RECREACAO.

Fonte: Acervo da autora (2022).

Podemos observar que em todos os anos ocorreram pequenas modificações nas funções e atividades exercidas pelos estagiários, além de correções e ajustes de termos e expressões. Porém, diversas atividades exercidas pelos estagiários não estavam diretamente presentes nestes quadros, como é exemplo das seguintes funções citadas durante a pesquisa: produção de materiais para o ambiente escolar (como decorações e materiais didáticos); planejamento de aulas; permanecer sozinho(a) na sala de referência, assumindo a responsabilidade da turma; educador Especial (cuidar de crianças com alguma deficiência); regência da sala; produção e execução de oficinas.

Com relação à função de cuidar e auxiliar crianças com deficiências, houveram diversos relatos na pesquisa, narrando sobre as dificuldades e percalços encontrados nesta função. A seguir encontra-se um espaço destinado a discussão sobre este importante assunto no estágio não obrigatório.

5.3 CUIDADOS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Na questão: *Em sua trajetória de estágio não obrigatório houve alguma situação que te desencorajou a seguir a profissão docente? E alguma que te incentivou?* A estagiária A relata: *Quando era estagiária, tinha dificuldades em relação a casos específicos de alunos com TEA que não tinham monitoras específicas, e então eu supria essa função.*

A estagiária G relata a mesma dificuldade, porém acrescenta: *Uma das dificuldades foi a questão de cuidar de uma criança com deficiência, na qual não me sentia preparada por não conhecer sobre a deficiência e não saber como lidar com a criança.* A maior dificuldade relatada pelas estagiárias que trabalhavam diretamente com crianças com alguma deficiência foi a falta de conhecimento e de preparo. Por estarem nos primeiros semestres do curso de pedagogia, as estagiárias não tinham formação para serem submetidas a esta função.

Na organização curricular proposta pelo Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade da Fronteira Sul, campus Erechim, o componente curricular Educação Inclusiva, pertence à 4ª fase do curso, porém a grande maioria das estagiárias participantes da pesquisa iniciou sua trajetória no estágio não obrigatório entre o 1º e o 3º semestre, aproximadamente 78,95% do total de estagiárias.

A disciplina de Educação Inclusiva é de fundamental importância para exercer essa função nas escolas. Ela possui o seguinte objetivo: “Promover discussões e práticas que

perpassam o atendimento educacional especializado e os processos de inclusão e exclusão” (PPC do curso de Pedagogia, 2018, p. 100). Explicando os “Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com as minorias historicamente excluídas” (PPC do curso de Pedagogia, 2018, p. 100).

A estagiária K contempla este pensamento em sua narrativa: *As minhas maiores dificuldades foram com um menino autista, pois a princípio não tinha conhecimento de suas necessidades e também, não tive alguém com experiência que me auxiliasse sobre o assunto. Conforme foi passando fui lendo e pesquisando para compreender suas particularidades, afim de poder auxiliá-lo de maneira correta. Mas, confesso que foi bastante difícil, pois não temos formação suficiente nessa área da bidocência¹. Eu estava na terceira fase do curso então, não tinha conhecimento algum sobre como agir com a criança.* Neste rico relato a estagiária K nos apresenta o grande desafio por ela enfrentado, em que sem formação necessária, foi atrás de materiais, artigos e matérias sobre o assunto para auxiliá-la nas práticas e cuidados da criança com Transtorno do Espectro Autista.

A estagiária P também relata acerca desta dificuldade onde necessitava: *Planejar a aula de alfabetização para um aluno com síndrome de down de 13 anos.* A estagiária P acabou desistindo do estágio não obrigatório, pois o trabalho era árduo e a remuneração era baixa, necessitando complementar sua renda com outro trabalho, este em uma rede particular de ensino.

Na questão *você gostaria de compartilhar uma sugestão, ideia, crítica relacionada ao estágio que está realizando?* A estagiária K sugere: *Ao meu ver a Bidocência precisa ser realizada com formação devida, pois quando não se tem qualificação e auxílio torna-se difícil exercer uma prática.*

Esta função não deveria ser exercida por estagiários e sim por um profissional qualificado, visto sua grande complexidade. Estas crianças necessitam de uma educação especializada, responsabilidade que os estagiários não estão preparados para assumir, pois não possuem formação devida.

O próximo capítulo retrata acerca das relações trabalhistas construídas durante o estágio não obrigatório, trazendo algumas reivindicações apresentadas pelas estagiárias participantes da pesquisa.

¹ O termo bidocente é utilizado nas escolas municipais de Erechim para designar-se aos professores que são responsáveis por cuidar e acompanhar o desenvolvimento de crianças com deficiência, eles estão inseridos cotidianamente na turma e planejam as aulas em conjunto com a professora regente.

6 O TRABALHO DOCENTE E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio remunerado não gera vínculos empregatícios com a concedente de estágio, porém não deixa de ser um trabalho, marcado pelas relações capitalistas de fragmentação, divisão do trabalho e da existência de classes dominantes. O espaço escolar, surgiu em concomitância à criação do modelo capitalista, por volta da I Revolução Industrial e tinha como objetivo essencial o cuidado, um local para que as classes subordinadas deixassem seus filhos enquanto trabalhavam nas fábricas. Já o educar estava destinado às classes dominantes. “O surgimento da escola, tal como a conhecemos atualmente, coincide com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. Como a educação em geral, esteve sempre ligada ao modo de produção.” (FREITAS, 2012, p. 42).

Helena de Freitas conduz importantes questões sobre a ótica trabalhista nos estágios, trazendo a perspectiva capitalista para explicar a desvalorização do estagiário. No capitalismo o trabalho segmentado provoca a alienação dos sujeitos e é visto como mercadoria e meio para a realização humana.

No capitalismo, o próprio trabalho é transformado em uma forma particular de mercadoria. Apresenta-se ao homem como um meio de garantir sua subsistência e não como uma maneira de realização e de produção humanas. O trabalho, sob o capitalismo, caracteriza-se como trabalho assalariado e, neste sentido, como venda da força de trabalho por determinada remuneração, “contratada” por quem possui os meios de produção e que se apropria do produto do trabalho do operário. Trabalho e capital estão, portanto, em antagonismo: é a exploração da força de trabalho que permite a valorização do capital. (FREITAS, 2012, p. 38).

A profissão docente é historicamente desvalorizada em nosso país e com os estagiários não é diferente. Podemos observar esta desvalorização nos salários baixos e na sobrecarga de tarefas relatadas por algumas estagiárias.

Na aplicação do questionário, realizou-se a seguinte pergunta: *Qual o nível de satisfação em relação à remuneração do estágio não obrigatório?* Esta pergunta foi realizada em modelo de escala linear, ou seja, o estagiário deveria escolher entre os números de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito) para expor sua opinião, utilizando a imagem a seguir para referência do pesquisado:

Imagem 5: Explicação para pergunta em escala linear



Fonte: <https://www.opuspesquisa.com/blog/atendimento/pesquisa-de-satisfacao-do-cliente/>. Acesso em: mai. 2022.

Com as respostas a esta pergunta foi possível elaborar o gráfico a seguir:

Figura 12: Satisfação acerca da remuneração do estágio não obrigatório

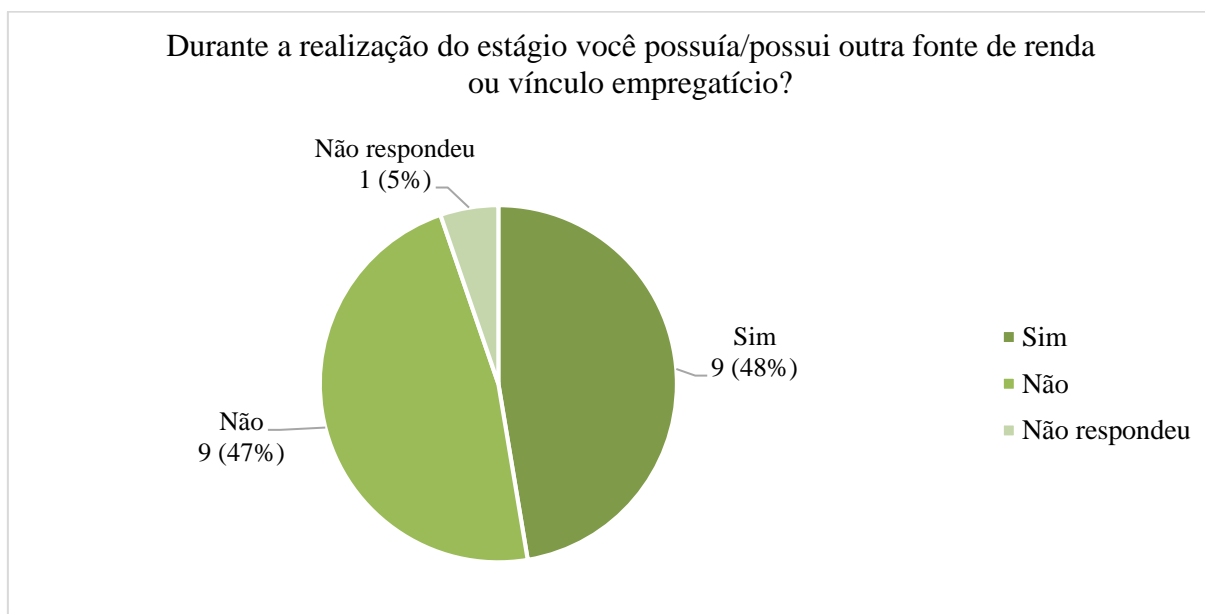


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Podemos observar que 42,1% das estagiárias apresentam uma visão positiva em relação à remuneração recebida. Porém 47,4% das estagiárias não concordam com o valor da remuneração e outros 10,5% são neutros.

Sobre a mesma temática de remuneração elaborou-se a seguinte pergunta: *Durante a realização do estágio você possuía/possui outra fonte de renda ou vínculo empregatício?* Com as respostas elaborou-se o gráfico a seguir:

Figura 13: Fonte de renda além do estágio não obrigatório



É possível perceber que muitas estagiárias (47,4%) necessitam ou possuíam outra fonte de renda além do estágio remunerado. Foi pensando nisso que foi elaborada a seguinte pergunta: *Se você respondeu sim na questão anterior, qual é/era a fonte de renda extra ou vínculo empregatício que você possui/possuía?*

Dentre as 9 estagiárias que afirmaram possuir outra fonte de renda, 4 estão inseridas em outras escolas ou centros recreativos para complementarem sua renda, 2 estagiárias possuíam auxílios proporcionados pela Universidade Federal da Fronteira Sul, outras 2 estagiárias realizavam trabalhos que envolviam o cuidar de idosos e crianças e 1 estagiária nos relatou que realizava PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) concomitante ao estágio remunerado.

A questão salarial também foi comentada em questões que não eram voltadas diretamente a este assunto, como é o caso da pergunta: *Você gostaria de compartilhar uma sugestão, ideia, crítica relacionada ao estágio que está realizando?* A estagiária C sugere: *Precisamos de uma melhor valorização e de salários compatíveis as atividades que desempenhamos, que são muitas.*

Neste caso podemos observar a insatisfação perante os salários baixos em comparação ao número de atividades que os estagiários exercem no cotidiano escolar. Angelita de Freitas, Márcia Rostas e Rafael Teixeira evidenciam esta desvalorização no estágio não obrigatório:

A precarização do trabalho através do estágio vem crescendo gradualmente nas últimas décadas, acentuando-se nos momentos de maior liberalização da economia com o objetivo de se obter redução dos custos de produtos e serviços e, em detrimento desse fator, o caráter pedagógico do estágio frequentemente é posto de lado e, em muitos casos, é o próprio Estado que contribui com essa precarização. (FREITAS, ROSTAS e TEIXEIRA, 2020, p. 443)

A Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei do estágio, em seu Art. 1 conceitua o estágio como: “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior[...]”. Mas até que ponto o estágio é um processo educativo? Se alguns estagiários ficam apenas com a função do cuidar, com pouco contato com as crianças e suas relações, se outros são “jogados” em uma sala sem maiores orientações ou pior ainda serem destinados a trabalhar com crianças com deficiência sem terem formação para tal função, ganhando o mesmo valor e precisando planejar as aulas, há também casos, demonstrados nesta pesquisa de estagiárias que necessitaram assumir regência da sala, ganhando o mesmo valor da bolsa-auxílio e necessitando planejar e assumir a responsabilidade pelas crianças.

Freitas, Rostas e Teixeira consideram o estágio remunerado como força de trabalho barata e precarizada:

O estágio é, há muito, a porta de entrada dos estudantes no mercado de trabalho. No Brasil, o estágio remunerado e as bolsas de estudo e aprendizagem são percebidas como uma complementação à formação escolar. No entanto, há nessa relação a presença maciça da precarização do trabalho, a qual gera um exército de mão de obra amplamente utilizada, tanto pela iniciativa privada quanto pelos órgãos públicos, legalizada pelo Estado através da Lei n. 11.778/2008. (FREITAS; ROSTAS; TEIXEIRA, 2020, p. 444)

Durante a pesquisa foi possível observar esta questão da desvalorização presente no estágio não obrigatório na seguinte questão: *Se não está mais realizando estágio, porque decidiu por não renovar seu contrato? O período máximo de dois anos já havia sido concluído?*

Se referindo ao salário e condições trabalhistas, 8 estagiárias afirmaram terem encontrado melhores oportunidades, decidindo por sair ou desistir do estágio remunerado. A estagiária K demonstrou sua insatisfação perante os salários em sua resposta: *O período de 2 anos já havia sido concluído e como a remuneração é mais baixa, tive que ir para um emprego com mais remuneração.*

A estagiária Q relata sobre uma importante questão: *Atualmente trabalho em uma escola privada, não concluí o prazo máximo por causa de uma melhor oportunidade. E por ser um estágio não tem certos benefícios de um trabalho fixo com CLT.*

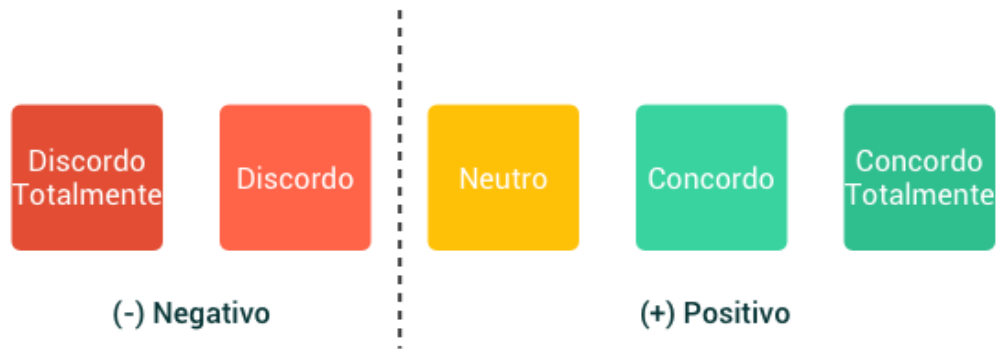
Como menciona a estagiária Q, o estagiário não possui muitos dos direitos trabalhistas assegurados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não possuindo 13º salário, FGTS, INSS, seguro desemprego, verbas rescisórias, $\frac{1}{3}$ sobre as férias, recebimento de hora extra, licença maternidade, adicional de insalubridade e periculosidade. Sobre a remuneração, ou como chamada pelos documentos norteadores, Bolsa-auxílio, não há um piso preestabelecido, sendo determinado por acordos entre as partes, ou seja, dependendo de sua cidade ou da concedente de estágio será um salário diferente.

A falta de direitos trabalhistas essenciais também apareceu nas respostas das estagiárias. Como é o caso da pandemia de 2020 ocasionada pelo vírus Covid-19, onde a prefeitura de Erechim encerrou o contrato de todos os estagiários que estavam atuando em escolas da rede municipal de ensino. Os estagiários sem salário e obrigados a permanecer em casa, tiveram que recorrer a auxílios do governo ou encontrar outras formas de sustento. 2 estagiárias evidenciaram esta questão em suas respostas. A estagiária F afirma: *Eu iria cumprir o contrato de dois anos, porém com a pandemia, os contratos foram rompidos e tive que procurar outra fonte de renda.* A estagiária G complementa: *Decidi não renovar o contrato pois foi cancelado por conta da pandemia e já estava quase no período máximo de dois anos.*

Segundo a questão 58 da Nova Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio: “O Termo de Compromisso pode ser rescindido por cada uma das partes e a qualquer momento.” (BRASIL, 2010, p. 29). O que acaba dando liberdade às concedentes de estágios em romper este contrato em questões como a que aconteceu com o Covid-19 ou ainda ao final de todos os anos, no período das férias escolares, quando as escolas não necessitam mais de estagiários e acabam encerrando o contrato de todos. Os estagiários, sem sua bolsa-auxílio, geralmente procuram outras fontes de renda.

Outro tema criticado pelas estagiárias foi a burocracia exigida para a realização do estágio não obrigatório, como é o caso da entrega do plano de atividades. Este assunto é tema da questão: *Você concorda com a realização e entrega do plano de atividades para realização do estágio não obrigatório?* Esta questão é formulada em escala linear, de 1 a 5. Na imagem a seguir podemos observar um esquema criado com o objetivo de facilitar a compreensão da questão:

Imagem 6: Explicação para pergunta em escala linear



Fonte: <https://vidadeproduto.com.br/escala-likert/https://www.opuspesquisa.com/blog/atendimento/pesquisa-de-satisfacao-do-cliente/>. Acesso em: mai. 2022.

A seguir foi elaborado um gráfico com as respostas recebidas nesta pergunta, como podemos verificar abaixo:

Figura 14: Opinião acerca da realização e entrega do plano de atividades



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

É possível concluir que 42,1% das estagiárias apresentam uma visão positiva em relação à entrega do plano de atividades para realização do estágio não obrigatório. Porém 36,8% das estagiárias não concordam com sua entrega e os outros 21,1% possuem uma opinião neutra acerca deste assunto.

Podemos observar este descontentamento em outras questões do formulário, como é no caso da pergunta: *Você gostaria de compartilhar uma sugestão, ideia, crítica relacionada ao estágio que está realizando?* Em que 3 estagiárias discorrem acerca da burocracia presente para iniciar e encerrar o estágio não obrigatório. A estagiária R demonstra ser contrária a essas questões relatando: *Acredito que a burocracia exigida pela UFFS em torno dos contratos de estágio remunerados, juntamente com a baixa remuneração, são questões que fazem com que algumas pessoas não se interessem ou então desistam desse estágio. Estes motivos também contribuíram para que eu não realizasse os dois anos permitidos pelo estágio.* A estagiária S se demonstra contrária à realização do plano de atividades, respondendo à questão da seguinte maneira: *Apenas acho que não é necessário desenvolver plano de atividades pois normalmente não sabemos as atividades que faremos antes de iniciar o estágio.*

Infelizmente não cabe à UFFS a decisão de cobrar relatórios e o plano de atividades. Estas burocracias estão previstas na Lei Federal de nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Em seu Art. 7 é apresentada algumas obrigações das instituições de ensino, cabe ressaltar o inciso III que ressalta a necessidade em “exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades” (BRASIL, 2008, p. 3) e o parágrafo único do mesmo artigo que evidencia:

O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3o desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante. (BRASIL, 2008, p. 3).

As burocracias presentes no estágio remunerado são fontes de profundo desagrado pelos estagiários, que precisam escrever, elaborar um plano de atividades que deve constar os dados do estágio, uma introdução (deve constar a importância do estágio), os objetivos, os dados da unidade concedente e do local de estágio, o horário de realização das atividades, a descrição das atividades que serão realizadas durante o estágio, as considerações finais (descrição das expectativas perante o estágio) e as referências utilizadas. Devemos pensar que este é o primeiro contato com as escolas de muitos estagiários e que, possivelmente não saberão quais atividades específicas serão realizadas, sendo assim este início deveria ser dado de outra forma e não com a exigência de documentos elaborados pelos estagiários.

Na questão: *Em sua trajetória de estágio não obrigatório houve alguma situação que te desencorajou a seguir a profissão docente? E alguma que te incentivou?* A estagiária N relata sobre a desvalorização do trabalho docente, citando como um desencorajamento: *A falta de*

compreensão das famílias e desvalorização pelo trabalho docente. Sobre esta questão Rodrigues ressalta:

A profissão docente é historicamente desvalorizada no Brasil: escolas sem condições salutaras de abrigar alunos e profissionais da educação; baixos salários; amplas jornadas de trabalho; mau preparo docente etc. São vários os fatores que fazem os cursos de licenciatura serem esvaziados ou terem uma grande evasão. (RODRIGUES, 2013, p. 1010).

A profissão docente é difícil, cercada de adversidades e percalços, porém o que incentiva essas estagiárias a continuarem é o amor pelas crianças. Na maioria dos relatos desta questão é possível analisar o profundo encantamento pela infância. A estagiária K relata: *Teve situações mais desafiadoras, mas com certeza muitas que me incentivaram a prosseguir. O afeto que as crianças tem por nós, ver a evolução e desenvolvimento das mesmas, notar que fazemos a diferença na vida das delas com pequenas atitudes, mas que para elas tem significado. Isso me motiva e me faz ver que estou no caminho certo. Ser professor, é lutar pelos direitos, é estar sempre passando por situações desafiadoras, mas também é amor, é poder acompanhar o crescimento de um ser humano, é se encantar, é afeto, é receber muitos abraços, beijos e falas como “te amo profe”, é recompensador.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada trouxe importantes revelações, as quais foram refletidas à luz da teoria selecionada para o estudo e dentro da abordagem qualitativa, que permitiu explorar a opinião das estagiárias participantes, apresentando seus relatos, desafios e conquistas gerados pelo estágio não obrigatório.

A partir desta pesquisa foi possível verificar que a maioria das estagiárias considera o estágio não obrigatório como benéfico, muitas vezes querendo renovar seu contrato, mas são impedidas pelo período máximo de dois anos por UCE. Porém também verificamos muitas reclamações, principalmente acerca dos salários, que acabam sendo muito baixos em comparação a empregos que garantem todos os direitos trabalhistas como 13º salário, recebimento de hora extra, FGTS, INSS, 13º salário, licença maternidade, seguro desemprego, verbas rescisórias, $\frac{1}{3}$ sobre as férias, adicional de insalubridade e periculosidade.

Acerca dos objetivos específicos deste trabalho, o objetivo: “investigar de que forma o estágio contribui para a formação docente, comentando acerca da relação entre teoria e prática nos estágios”, foi atendido quando realizou-se a revisão de literatura sobre a concepção de práxis que nos permitiu perceber que a teoria e a prática são indissolúveis, pois uma depende da outra, não existe teoria sem prática e não existe uma prática sem que haja uma teoria sobre ela. Com isso desmistificamos a afirmação popular: “somente na prática que aprendemos verdadeiramente”. A prática é tão importante quanto a teoria, pois são interligadas. O estágio não é somente uma atividade prática, há sempre uma teoria por trás e relacionada com o cotidiano.

No capítulo 2: “Normativas, documentos que regem o estágio não obrigatório”, foi possível traçar as principais normas do estágio não obrigatório, cumprindo o objetivo: “realizar uma pesquisa documental em regimentos, leis, decretos, cartilhas e resoluções que oficializam o estágio não obrigatório na universidade”, realizando a análise dos documentos: Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008; Nova Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008; Orientação Normativa n. 7, de 30 de outubro de 2008; Instrução Normativa n. 231, de 17 de dezembro de 2019; Resolução nº 07/2015, de 13 de agosto de 2015 e o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Erechim, 2018.

O objetivo: “pesquisar a opinião dos estagiários que já realizaram ou estão inseridos no estágio não obrigatório em escolas de Erechim e região, analisando suas revelações, relatos do cotidiano e opiniões acerca deste processo de formação”, está presente ao longo de praticamente

todo o trabalho, visto que as narrativas das estagiárias foram utilizadas como base para discussão nos capítulos 4, 5, 6 e 7, respectivamente: Perfil das estagiárias; a unidade entre teoria e prática nos estágios remunerados; relatos do cotidiano; o trabalho docente e as relações trabalhistas no estágio não obrigatório.

Estes capítulos estavam voltados prioritariamente para os relatos e narrativas descritos nos formulários preenchidos pelas estagiárias, a partir deles foi possível elaborar uma crítica acerca das atividades extras exercidas, do valor recebido na bolsa-auxílio e do trabalho com crianças com deficiência, sem possuir formação adequada, continuando com o mesmo salário de estagiária.

Por fim o objetivo: “Analisar as relações trabalhistas constituídas no estágio não obrigatório”, foi atendido quando foi realizada uma revisão literária acerca do modelo capitalista e a ótica da fragmentação do trabalho, evidenciando a separação de classes e as adversidades nas relações trabalhistas.

O tema abordado nesta pesquisa foi de grande relevância, por se tratar de uma realidade muito presente em nossa universidade e que ainda não tinha sido tema de nenhum TCC do curso de pedagogia. Vários acadêmicos passam todos os anos por esta experiência e algumas situações acabam sendo naturalizadas.

Este trabalho foi de fundamental importância em minha jornada acadêmica. Com ele pude expressar um pouco de minhas vivências e opiniões desta importante fase que foi o estágio remunerado para minha formação. Foi a partir desta pesquisa, principalmente na parte da legislação, que aprendi sobre os direitos dos estagiários e percebi algumas irregularidades nas práticas da escola.

Ler os relatos dessas estagiárias me deixou emocionada, pois vivi situações muito parecidas no estágio, onde parecia que não tínhamos voz ativa na escola. Mas foi a partir do estágio também que pude conhecer profissionais excelentes que me auxiliaram tanto em minha vida pessoal, quanto acadêmica e profissional, aprendi muito com as crianças e professoras das escolas que frequentei.

Como pesquisa futura, seria interessante investigar como ocorre o estágio não obrigatório nas escolas com os acadêmicos de outras licenciaturas da UFFS. Também seria significativa a análise dos planos de atividades produzidos pelos discentes que desejam realizar este tipo de estágio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.confef.org.br/arquivos/cartilha-mte-estagio.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Poder Legislativo. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 3, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm#:~:text=L11788&text=LEI%20N%C2%BA%2011.788%2C%20DE%2025,altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Recursos Humanos. Orientação Normativa n. 7, de 30 de outubro de 2008. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 31 de outubro de 2008, p. 129, 130, 2008b. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/orientacao_normativa7_30_10_08.htm. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria especial de desburocratização, gestão e governo digital. Instrução Normativa n. 231, de 17 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 33. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/12/2019&jornal=515&pagina=33>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: Um Guia para Iniciantes. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Angelita Carvalho de Oliveira de; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; TEIXEIRA, Rafael Montoito. Uma breve análise sobre o estágio remunerado: ato educativo ou força de trabalho precarizada? **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 442 – 450, 2020.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 1103-1112, abr. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro - RJ, p. 621 - 626, 2012. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 2, mai-ago, 2011, p. 447-463 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5 - 24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/10542/7012>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RODRIGUES, Micaías Andrade. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 1009 – 1026, out. – dez. 2013.

SARTORI, Jerônimo; BRAGAGNOLO, Adriana. O estágio: desafios da práxis pedagógica. *In*: SARTORI, Jerônimo; BONA, Salete Cleusa; GUEDES, Sussi Menine. **Estágios nas licenciaturas: desafios do constituir-se professor**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.

SILVA, Renatho Andriolla da. **O Conceito de Práxis em Marx**. Natal - RN, 2017 Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia) - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24571/1/RenathoAndriollaDaSilvaDISSERT.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVEIRA, Denis Coitinho. **Os Sentidos da Justiça em Aristóteles**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Filosofia, nº 121).

VALLE, Lílian de Aragão Bastos do. Aristóteles e a práxis: uma filosofia do movimento, **Educação**, vol. 37, núm. 2, maio-agosto, 2014, p. 263-277. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84831710013.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 07/2015, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a Aprovação do Regulamento de Estágio da UFFS, que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios. Chapecó: Conselho Universitário, 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0007>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Erechim, 2018.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

- 1- Município em que realizou ou realiza o estágio:
- 2- Em que semestre letivo você está atualmente?
 - 1º semestre
 - 3º semestre
 - 5º semestre
 - 7º semestre
 - 9º semestre
 - Outros
- 3- Em que semestre você começou a realizar o estágio não obrigatório?
 - 1º semestre
 - 2º semestre
 - 3º semestre
 - 4º semestre
 - 5º semestre
 - 6º semestre
 - 7º semestre
 - 8º semestre
 - 9º semestre
- 4- O que te motivou a realizar o estágio não obrigatório?
- 5- A(s) escola(s) em que você realiza ou já realizou o estágio pertence(m) a rede municipal, estadual ou particular de ensino?
 - Municipal
 - Estadual
 - Particular
 - Outros
- 6- Em que etapa escolar você está atuando ou atuou no estágio não obrigatório?
 - Berçário 1 ou 2
 - Maternal 1 ou 2
 - Pré A ou B
 - Ensino Fundamental - Anos iniciais
 - Ensino Fundamental - Anos Finais
 - Corredor, auxílio a todas as turmas
 - Outros
- 7- Por quanto tempo você realizou ou está realizando o estágio não obrigatório?
- 8- Se não está mais realizando estágio, porque decidiu por não renovar seu contrato? O período máximo de dois anos já havia sido concluído?
- 9- Quais atividade você exerce ou exercia em seu cotidiano no estágio não obrigatório?
 - Cuidados com a higiene das crianças - Auxiliar no uso do banheiro
 - Cuidados com a higiene das crianças - Troca de fraldas

12- Como você classifica sua convivência com os professores e funcionários da escola durante a realização do estágio não obrigatório? (De 1 a 5)

	1	2	3	4	5	
Ruim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

13- Você concorda com a realização e entrega do plano de atividades para realização do estágio não obrigatório? (De 1 a 5)

	Discordo Totalmente		Discordo		Neutro	Concordo		Concordo Totalmente	
	(-) Negativo					(+) Positivo			
	1	2	3	4	5				
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				Concordo totalmente

14- Como você foi acolhido, recepcionado na escola em que está realizando o estágio não obrigatório?

15- Qual o nível de satisfação em relação à remuneração do estágio não obrigatório?

14) Qual o nível de satisfação em relação à remuneração do estágio não obrigatório?

Muito Insatisfeito	Pouco Insatisfeito	Neutro	Pouco Satisfeito	Muito Satisfeito		
						
1	2	3	4	5		
	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

16- Durante a realização do estágio você possuía/possui outra fonte de renda ou vínculo empregatício?

- () Sim
() Não

- 17- Se você respondeu sim na questão anterior, qual é/era a fonte de renda extra ou vínculo empregatício que você possui/possuía?
- 18- Cite alguma dificuldade, limitação, problemática encontrada em seu dia a dia como estagiária
- 19- Em sua trajetória de estágio não obrigatório houve alguma situação que te desencorajou a seguir a profissão docente? E alguma que te incentivou?
- 20- Você sente que o estágio remunerado contribui para sua formação em pedagogia? Ele te prepara para sua futura profissão? De que forma?
- 21- Você gostaria de compartilhar uma sugestão, ideia, crítica relacionada ao estágio que está realizando?